



Ministério do Planejamento e Orçamento
Secretaria Nacional de Planejamento

PPA 2024-2027
Espelho do Monitoramento - Exercício:2025

PROGRAMA: 2318 - GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES

Objetivo: 1263 - Reduzir os riscos de desastres e ampliar a capacidade e tempestividade de resposta e reconstrução pós-desastres

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Indicador: 9291 - Proporção dos municípios nas faixas “Alta” e “Intermediária Avançada” do Índice de Capacidade Municipal na Gestão de Riscos e de Desastres

Unidade de medida: porcentagem (%)
Linha de base: 30,54
Data de referência da linha de base: 31/12/2023
Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 061X - Meta do Indicador 9291

Cumulativa? Sim
Meta prevista para 2024: 41,35
Meta prevista para 2025: 30,81
Meta prevista para 2026: 30,95
Meta prevista para 2027: 31,08

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 33,07
Quantidade alcançada: 41,56
Data de Referência: 31/12/2025

Análise Sintética do Alcance da Meta: A implementação de ajustes metodológicos, somada a uma massiva campanha de engajamento junto aos órgãos municipais de proteção e defesa civil, resultou em uma participação recorde e na atualização dos dados que anteriormente se baseavam na MUNIC/IBGE de 2020. Esse movimento permitiu que os municípios reportassem avanços reais em suas capacidades locais, motivando a migração de 470 entes das faixas de menor desempenho (C e D) para os níveis de excelência (A e B). É importante destacar que o comportamento desse indicador é inversamente proporcional: por se tratar de uma análise sobre o universo total de municípios, qualquer incremento nas faixas superiores reflete, necessariamente, uma redução equivalente nas faixas inferiores, e vice-versa. O Indicador de Capacidade Municipal (ICM) registrou avanço expressivo: 480 municípios migraram das faixas C e D para A e B. O número de municípios nas faixas A e B subiu de 1.835 (2024) para 2.315 (2025), enquanto as faixas C e D reduziram de 3.735 para 3.255. Para o monitoramento, utilizam-se os indicadores derivados PICM (A e B) e PICM complementar (C e D) em valores percentuais sobre 5.570 municípios.

Restrições para o alcance da meta: Outras

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Outras

Detalhamento da restrição - 2025: O indicador utiliza a base da Pesquisa Básica de Informações Municipais (Munic) como fonte primária. Porém a atualização do Eixo de Gestão de Riscos e Desastres acontece a cada 4 anos. Visando minimizar este fator a Sedec desenvolveu os ciclos de atualização do ICM, que acontecem a cada 6 meses e tem duração média de 90 dias. Para o próximo ciclo a Sedec prevê alterações importantes no processo de apuração e um contato cada vez mais próximo com os municípios.

Providências para tratamento da restrição - 2025: O próximo ciclo, que deverá ocorrer entre abril e junho de 2026 já contará com alterações importantes no formulário de coletas de dados. O número base do S2iD (Munic 2020) será substituída integralmente pelos dados dos ciclos de atualização. Há previsão, para o 2º semestre de 2026, da realização de uma consulta pública, na Plataforma Brasil Participativo, como ação de aprimoramento do Indicador.

Notas do usuário:

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2024	Meta prevista para 2025	Meta prevista para 2026	Meta prevista para 2027	Origem	Quantidade alcançada	Data de Referência	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	23,1	18,8	19,1	19,3	Qualitativo	25,05	31/12/2025	
Região Nordeste	25,6	18,2	18,3	18,4	Qualitativo	25,98	31/12/2025	
Região Norte	32	16,2	16,4	16,7	Qualitativo	30	31/12/2025	
Região Sudeste	48,9	39,5	39,6	39,8	Qualitativo	50,24	31/12/2025	
Região Sul	65,2	47,8	48	48,1	Qualitativo	63,73	31/12/2025	

Entrega: 0273 - Previsões de riscos de deslizamentos de terra publicadas no website do Cemaden, com até 72h de antecedência, e compartilhadas com os órgãos de gestão de riscos de desastres

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Entrega concluída? Não

Indicador: 9106 - Porcentagem de regiões geográficas intermediárias monitoradas

Unidade de medida: porcentagem

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 22/06/2023

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 06UK - Meta do Indicador 9106

Cumulativa? Sim

Meta prevista para 2024: 50

Meta prevista para 2025: 100

Meta prevista para 2026: 100

Meta prevista para 2027: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 90

Quantidade alcançada: 100

Data de Referência: 05/02/2026

Análise geral da realização da Entrega - 2024: Os avanços alcançados ao longo de 2024 possibilitaram a antecipação desta entrega, originalmente prevista para 2027. Atualmente, o sistema já oferece previsões de risco para todas as Regiões Geográficas Intermediárias do Brasil. No entanto, em algumas dessas regiões, o número de municípios monitorados pelo Cemaden ainda é limitado, ou há carência de dados sobre impactos relacionados a deslizamentos de terra. Essas lacunas serão priorizadas e aprimoradas ao longo de 2025 e 2026, com o objetivo de assegurar resultados mais precisos e abrangentes. Apesar desses desafios, o sistema já foi implementado operacionalmente no Cemaden e está disponível ao público por meio do link: georisk.cemaden.gov.br. O lançamento oficial está marcado para 17 de fevereiro de 2025, com ampla divulgação por parte do MCTI e do Cemaden, representando um marco significativo para a gestão de riscos de desastres no país.

Análise geral da realização da Entrega: Foi entregue uma plataforma completa, com acesso ao sistema de previsão de risco de deslizamentos de terra para o Brasil (GeoRisk), cobrindo todas as regiões intermediárias. Como se trata de uma plataforma aberta disponibilizada em website público, o segmento atendido é a sociedade como um todo, mas com foco no uso de instituições de monitoramento e alerta, especialmente as Defesas Civas.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário:

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2024	Meta prevista para 2025	Meta prevista para 2026	Meta prevista para 2027	Origem	Quantidade alcançada	Data de Referência	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	75	100	100	100	Qualitativo	100	05/02/2026	
Região Nordeste	75	100	100	100	Qualitativo	100	05/02/2026	
Região Norte	75	100	100	100	Qualitativo	100	05/02/2026	
Região Sudeste	75	100	100	100	Qualitativo	100	05/02/2026	
Região Sul	75	100	100	100	Qualitativo	100	05/02/2026	

Entrega: 0275 - Monitoramento e previsão de riscos de seca

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Entrega concluída? Não

Indicador: 9112 - Porcentagem de municípios inseridos no sistema de monitoramento e previsão de riscos de seca

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 22/06/2023

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 06UI - Meta do Indicador 9112

Cumulativa? Sim

Meta prevista para 2024: 25

Meta prevista para 2025: 100
Meta prevista para 2026: 100
Meta prevista para 2027: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 100

Quantidade alcançada: 100

Data de Referência: 05/02/2026

Análise geral da realização da Entrega - 2024: Ao longo de 2024, o CEMADEN desenvolveu um modelo para o monitoramento e previsão do Risco de Desastres Associados às Secas no Brasil. O modelo desenvolvido combina a dimensão do fenômeno físico com as vulnerabilidades socioeconômicas à seca dos municípios brasileiros. Para a caracterização da seca como fenômeno físico, o Índice Integrado de Secas é calculado a partir de dados mensais observacionais e satelitários de precipitação, umidade do solo e condição da vegetação. Já a vulnerabilidade socioeconômica é estimada com base em informações do Censo do IBGE. Os resultados do monitoramento e previsão de risco de seca podem ser acompanhados mensalmente por meio do link: <https://mapasecas.cemaden.gov.br>. Destaca-se que, no presente mês de fevereiro, 100% das regiões brasileiras já foram inseridas no sistema de Monitoramento e Previsão de Risco de Seca.

Análise geral da realização da Entrega: Ao longo de 2024, o CEMADEN desenvolveu um modelo para o monitoramento e previsão do Risco de Desastres Associados às Secas no Brasil. O modelo desenvolvido combina a dimensão do fenômeno físico com as vulnerabilidades socioeconômicas à seca dos municípios brasileiros. Para a caracterização da seca como fenômeno físico, o Índice Integrado de Secas é calculado a partir de dados mensais observacionais e satelitários de precipitação, umidade do solo e condição da vegetação. Já a vulnerabilidade socioeconômica é estimada com base em dados do Censo do IBGE. Os resultados do monitoramento e previsão de risco de seca podem ser acompanhados mensalmente por meio do link: <https://mapasecas.cemaden.gov.br/#secadiagnostico>. Destaca-se que, em fevereiro de 2025, 100% das regiões brasileiras já haviam sido inseridas no sistema de Monitoramento e Previsão de Risco de Seca.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário:

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2024	Meta prevista para 2025	Meta prevista para 2026	Meta prevista para 2027	Origem	Quantidade alcançada	Data de Referência	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	25	100	100	100	Qualitativo	100	05/02/2026	
Região Nordeste	25	100	100	100	Qualitativo	100	05/02/2026	
Região Norte	25	100	100	100	Qualitativo	100	05/02/2026	
Região Sudeste	25	100	100	100	Qualitativo	100	05/02/2026	
Região Sul	25	100	100	100	Qualitativo	100	05/02/2026	

Entrega: 0299 - Cartografia para prevenção de desastres em encostas e drenagens

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Entrega concluída? Não

Indicador: 9137 - Número de mapeamentos de riscos geológicos entregues

Unidade de medida: quantidade
Linha de base: 2.385
Data de referência da linha de base: 31/12/2023
Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 07GP - Meta do Indicador 9137

Cumulativa? Não
Meta prevista para 2024: 121
Meta prevista para 2025: 121
Meta prevista para 2026: 121
Meta prevista para 2027: 121

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 153

Quantidade alcançada: 178

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: Execução e publicação de 109 Mapeamento de Riscos Geológicos, destes 84 são relacionados a setorizações de risco geológico, 05 são de estudos de avaliação de riscos geotécnicos em áreas turísticas e 20 de setorização de riscos oriundos de atendimentos pós-desastre. Execução publicação de 40 Cartas de Suscetibilidade Execução e publicação de 02 Cartas de Perigo Execução e publicação de 02 Cartas de Aptidão a Ocupação urbana, frente a possibilidade de desastres. A superação da meta se deve a ocorrência de solicitações de elaboração de cartografia de risco pelos municípios brasileiros, acima do inicialmente programado, em função de atendimentos emergenciais de vistorias técnicas, originadas dos eventos climáticos extremos nos estados do RS e do AM. Os produtos de cartografia voltados para a prevenção de desastres, como as setorizações de risco, cartas de suscetibilidade, cartas de perigo geológico e cartas geotécnicas de aptidão à ocupação, oferecem benefícios significativos para os municípios brasileiros. Esses produtos permitem identificar áreas vulneráveis a desastres naturais, como deslizamentos e inundações, possibilitando a implementação de medidas preventivas eficazes. Apresentam aplicação direta, pois subsidiam o planejamento urbano e a ocupação do solo de forma a contribuir para a segurança da população, a redução de danos materiais e a proteção de infraestruturas essenciais. Além disso, auxiliam as defesas civis na elaboração de planos de contingência, melhorando a capacidade de resposta e o monitoramento de áreas de risco. Esses produtos são essenciais para a gestão de riscos e o desenvolvimento sustentável dos municípios, promovendo um ambiente mais seguro e resiliente para os cidadãos. Os links de publicação dos produtos elaborados estão anexados. As entregas realizadas no exercício 2024 contemplaram diferentes regiões do território brasileiro, a saber: - Norte: 17 municípios, distribuídos nos estados: PA: 10, AM: 3, RO: 3, TO: 1; - Nordeste: 47 municípios, distribuídos nos estados: PE: 18, SE: 11, RN: 4, CE: 6, BA: 4, AL: 1, MA: 3; - Centro-Oeste: 7 municípios, distribuídos nos estados: GO: 5, MT: 1, MS: 1; - Sudeste: 45 municípios, distribuídos nos estados: MG: 23, ES: 9, SP: 12, RJ: 1; - Sul: 31 municípios, distribuídos nos estados: RS: 22, SC: 6, PR: 3; Totalizando 147 municípios beneficiados pela execução de 153 mapeamentos voltados para prevenção de desastres.

Análise geral da realização da Entrega: Em 2025 foram entregues 178 mapeamentos de riscos geológicos, representando um alcance de 147% da meta. Esse resultado só foi possível devido aos mapeamentos realizados no âmbito do atendimento emergencial ao Rio Grande do Sul (RS), viabilizado por meio de crédito extraordinário destinado a situações de calamidade pública. Ressalta-se que no primeiro semestre o desempenho da meta (47 mapeamentos) foi abaixo do esperado devido a contingenciamento/bloqueio orçamentário. No segundo semestre foram realizados 131 mapeamentos (36 com recursos ordinários da CPRM e 95 com recursos extraordinários). É importante registrar que o total executado no exercício ficaria abaixo da meta do PPA, caso não houvesse o recebimento de recursos para o atendimento emergencial ao RS. Registra-se que as entregas referentes a esse atendimento emergencial não foram registradas no PAC (empreendimento 2818), em função da natureza do recurso orçamentário, classificado como crédito extraordinário específico para calamidade pública. Regionalização das entregas realizadas em 2025: 1) Mapeamentos registrados no PAC com recursos ordinários - 83 Mapeamentos 2) Mapeamentos de atendimento emergencial por calamidade pública no Rio Grande do Sul - 95 municípios no RS

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário:

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para	Meta prevista para	Meta prevista para	Meta prevista para	Origem	Quantidade alcançada	Data de Referência	Notas do usuário
--------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------	----------------------	--------------------	------------------

	2024	2025	2026	2027				
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	Monitoramento	14	31/12/2025	
Região Nordeste	-	-	-	-	Monitoramento	27	31/12/2025	27 municípios, distribuídos nas seguintes unidades federativas: AL - 01; BA - 10; MA - 05; PB - 03; PE - 06; RN - 2
Região Norte	-	-	-	-	Monitoramento	7	31/12/2025	7 municípios, distribuídos nas seguintes unidades federativas: AM - 02; PA - 04; TO - 01
Região Sudeste	-	-	-	-	Monitoramento	20	31/12/2025	20 municípios distribuídos nas seguintes unidades federativas: ES - 05; MG - 13; SP - 2
Região Sul	-	-	-	-	Monitoramento	110	31/12/2025	Região Sul: 15 municípios distribuídos nas seguintes unidades federativas: PR - 5; RS - 09; SC - 01 - orçamento ordinário 95 municípios referentes ao atendimento emergencial por calamidade pública.

Entrega: 0306 - Elaboração de pesquisas relacionadas a mudanças climáticas, bacias representativas, hidrologia isotópica, sensoriamento remoto aplicado à hidrologia

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Entrega concluída? Não

Indicador: 9144 - Número de publicações científicas relacionadas a estudos hidrológicos e hidráulicos

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 11

Data de referência da linha de base: 31/12/2023

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 07GR - Meta do Indicador 9144

Cumulativa? Sim

Meta prevista para 2024: 14

Meta prevista para 2025: 17

Meta prevista para 2026: 20

Meta prevista para 2027: 23

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 14

Quantidade alcançada: 17

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: Meta programada atingida, com a publicação de 03 novas publicações, o que permitiu atingir o número acumulado de 14 publicações. As 03 publicações executados e publicadas são: Dinâmica Fluvial, com realização de estudos em três grandes Bacias Hidrográficas que fazem parte do território brasileiro, sendo as duas primeiras compartilhadas com

mais países, a citar a bacia do rio Amazonas, bacia do rio Paraguai e bacia do rio São Francisco - <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/25358> Estudos Integrados em Bacias, com realização de estudos no Estado do RJ, MG e DF - <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/25369> Estudos de aplicação isotópica, com a realização de estudos no território nacional - <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/25354> As entregas realizadas no exercício 2024 contemplaram diferentes regiões do território brasileiro, a saber: 1) Publicação de Dinâmica Fluvial – Região Norte (Bacia Amazônica), Região Centro-oeste (Bacia do Paraguai) e Regiões Sudeste e Nordeste (Bacia do São Francisco); 2) Publicação sobre Estudos Integrados em Bacias - Região Sudeste (Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro) e Região Centro-oeste (DF); 3) Publicação de Aplicação Isotópica – Região Norte (Estados de Rondônia, Amazonas, Pará e Tocantins), Região Nordeste (Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará e Piauí), Região Centro-oeste (Estados de Mato Grosso e Goiás), Região Sul (Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio grande do Sul) Em relação à quantidade de municípios beneficiados, seguem a quantidade a seguir, segundo o tipo da entrega: 1). Publicação de Dinâmica Fluvial – 261 municípios · Norte: 182 municípios, distribuídos nos estados: PA: 32, AM: 60, RO: 50, AC: 21, RR: 14, AP: 5, · Centro-Oeste: 79 municípios, distribuídos nos estados: MT: 53, MS: 26; Os municípios beneficiados pela publicação da Dinâmica Fluvial fazem parte da Região Hidrográfica do Rio Amazonas: 182 municípios e da Região Hidrográfica do Rio Paraguai: 79 municípios 2) Publicação sobre Estudos Integrados em Bacias – 4 municípios · Centro-Oeste: 1 municípios, no DF · Sudeste: 4 municípios, distribuídos nos estados: MG: 2, RJ: 1; 3) Publicação de Aplicação Isotópica - 30 municípios · Norte: 8 municípios, distribuídos nos estados: PA: 3, AM: 1, RO: 1, AC: 1, RR: 1, TO: 1; · Nordeste: 8 municípios, distribuídos nos estados: PE: 3, PI: 1, CE: 2, BA: 2; · Centro-Oeste: 3 municípios, distribuídos nos estados: GO: 1, MT: 1, MS: 1, · Sudeste: 5 municípios, distribuídos nos estados: MG: 2, SP: 2, RJ: 1; · Sul: 6 municípios, distribuídos nos estados: RS: 3, SC: 1, PR: 2; Totalizando 295 municípios beneficiados pelas publicações científicas relacionadas a estudos hidrológicos e hidráulicos

Análise geral da realização da Entrega: No primeiro semestre de 2025, a restrição orçamentária decorrente de contingenciamento e bloqueio inviabilizou a execução de atividades de campo essenciais, ocasionando atraso no cronograma e a indicação de cancelamento de uma publicação, com conseqüente repactuação da meta em LOA para duas publicações. No início do segundo semestre, o descontingenciamento orçamentário permitiu a retomada do cronograma das atividades, viabilizando a conclusão das etapas de campo pendentes e a finalização das análises técnicas. Paralelamente, foram adotadas medidas de priorização das pesquisas em estágio mais avançado, reorganização do planejamento interno e otimização dos recursos disponíveis, o que possibilitou a elaboração e publicação das três publicações previstas para o exercício. Dessa forma, mesmo diante das restrições enfrentadas ao longo do ano, foi possível cumprir integralmente a meta anual de 3 publicações, totalizando 17. Links das entregas realizadas: <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/25398> - Publicação do programa de hidrologia de solos; <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/25880> - Publicação do programa de dinâmica fluvial ; <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/25881> - Publicação do programa EIBEX

Justificativa para não regionalização do resultado: As metas programadas anualmente são resultadas diretos de projetos realizados em âmbito nacional, os quais buscam atender às demandas estratégicas e operacionais do território brasileiro como um todo e garantir que os resultados projetados atendam ao interesse público em todo o território nacional. São projetos que não apresentam municípios específicos beneficiados, pois se categorizam como conhecimento difuso.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário:

Entrega: 0310 - Atlas Pluviométrico e Estudos de Chuvas Intensas

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Entrega concluída? Não

Indicador: 9151 - Número de publicações relacionadas a estudos hidrológicos e hidráulicos

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 658

Data de referência da linha de base: 31/12/2023

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 07GS - Meta do Indicador 9151

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: 25

Meta prevista para 2025: 35

Meta prevista para 2026: 25

Meta prevista para 2027: 25

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 33

Quantidade alcançada: 30

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: No exercício de 2024, foram publicados 33 artigos relacionados a eventos hidrológicos e hidráulicos. As publicações contemplam produtos sobre estudos de intensidade duração e frequência de chuvas em diferentes municípios do Território Nacional. Os estudos de chuvas intensas têm aplicações fundamentais para a sociedade, especialmente em áreas relacionadas ao planejamento e gestão de riscos. As principais aplicações dos estudos realizados são: • Dimensionamento de Infraestruturas Hidráulicas: Auxiliam na construção de barragens, reservatórios, canais e sistemas de drenagem, garantindo que essas estruturas sejam projetadas para resistir a eventos extremos de precipitação. • Planejamento de Uso da Água: Suportam estratégias de alocação de recursos hídricos em cenários de alta precipitação e enchentes. • Drenagem Urbana: Fundamentam o projeto de redes de drenagem e controle de enchentes em áreas urbanas, evitando alagamentos e danos a propriedades. • Mapeamento de Áreas de Risco: Identificam áreas suscetíveis a enchentes e deslizamentos de terra, permitindo a criação de mapas de risco para a proteção de comunidades vulneráveis. • Alertas e Sistemas de Previsão: Alimentam modelos meteorológicos e hidrológicos usados em sistemas de alerta precoce, protegendo vidas e reduzindo danos econômicos. As entregas realizadas no exercício 2024 contemplaram as regiões do território brasileiro abaixo listadas: · Norte: 2 municípios, distribuídos nos estados do PA; · Nordeste: 10 municípios, distribuídos nos estados: PE: 1, PB: 1, RN: 2, BA: 3, AL: 1, MA: 2; · Sudeste: 13 municípios, distribuídos nos estados: MG: 2, SP: 11; · Sul: 8 municípios, distribuídos no estado de SC; Totalizando 33 municípios beneficiados pelas publicações de estudos hidrológicos e hidráulicos elaboradas em 2024

Análise geral da realização da Entrega: No exercício de 2025 foram entregues 30 publicações relacionadas a estudos hidrológicos e hidráulicos. No primeiro semestre, as restrições orçamentárias impactaram o andamento da entrega. No segundo semestre, mesmo com o descontingenciamento, não foi possível alcançar a meta prevista, tendo em vista que a equipe responsável pelas publicações é pequena. Importante registrar, contudo, que a meta total prevista para o PPA, ainda que não cumulativa, não será impactada, especialmente considerando o desempenho superior à meta no exercício de 2024 e a entrega realizada em 2025 (86% do total).

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário: Foram elaboradas 30 publicações relacionadas a estudos hidrológicos e hidráulicos, conforme lista em anexo, abaixo da meta de 35 para o ano de 2025. Considerando a análise realizada pelo MME onde informa que "No primeiro semestre, as restrições orçamentárias impactaram o andamento da entrega. No segundo semestre, mesmo com o descontingenciamento, não foi possível alcançar a meta prevista", solicitei ao Ministério a possibilidade de incluir a "Insuficiência Orçamentária" como "Restrições para o alcance da meta". O MME respondeu que "Houve restrição no primeiro semestre e descontingenciamento no segundo, mas esse "calendário orçamentário" impactou o desempenho. Por esse motivo, não foi sinalizada a restrição para o alcance da meta".

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2024	Meta prevista para 2025	Meta prevista para 2026	Meta prevista para 2027	Origem	Quantidade alcançada	Data de Referência	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	Monitoramento	8	31/12/2025	Centro-oeste – 08 municípios, sendo 07 no Mato Grosso e 01 em Goiás
Região Nordeste	-	-	-	-	Monitoramento	3	31/12/2025	Nordeste – 03 municípios, sendo 01 na Bahia e 02 no Ceará
Região Norte	-	-	-	-	Monitoramento	1	31/12/2025	Norte – 01 município no Pará
Região Sudeste	-	-	-	-	Monitoramento	16	31/12/2025	Sudeste – 16 municípios, sendo 01 em Minas Gerais e 15 em São Paulo
Região Sul	-	-	-	-	Monitoramento	2	31/12/2025	Sul – 02 municípios, sendo 01 em Santa Catarina e 01 no Rio Grande do Sul

Entrega: 0314 - Sistemas de Alertas Hidrológicos de cheias graduais e estiagem

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Entrega concluída? Não

Indicador: 9156 - Número de municípios beneficiados pelo sistema de previsão

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 83

Data de referência da linha de base: 31/12/2023

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 07GT - Meta do Indicador 9156

Cumulativa? Sim

Meta prevista para 2024: 83

Meta prevista para 2025: 100

Meta prevista para 2026: 150

Meta prevista para 2027: 200

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 84

Quantidade alcançada: 115

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: As metas estabelecidas para entrega são cumulativas, com a programação de manutenção da linha base em 2024. Entretanto, neste exercício os Sistemas de Previsão de Alerta beneficiaram 84 municípios, 1 município acima do programado. Houve melhoria de modelagem de previsão de alerta de um dos Sistemas, o que acarretou na ampliação do número de municípios beneficiados. As previsões de Alerta Hidrológicos do Serviço Geológico do Brasil (SGB) oferecem benefícios diretos para municípios e comunidades atendidos, ajudando a prevenir desastres e promover segurança. Entre os principais ganhos, destacam-se: 1. Proteção de Vidas: Os alertas antecipados permitem evacuações preventivas e ações rápidas, reduzindo os riscos para a população durante cheias e inundações. 2. Planejamento Municipal: Apoiam o trabalho das defesas civis e ajudam a organizar o uso do solo, tornando os municípios mais preparados para eventos extremos. 3. Redução de Prejuízos: Evitam danos às infraestruturas e propriedades, permitindo que pessoas e governos tomem medidas preventivas. 4. Educação e Conscientização: Alertas ajudam a população a entender os riscos e agir com segurança, promovendo o engajamento comunitário. 5. Sustentabilidade e Resiliência: Contribuem para a adaptação às mudanças climáticas e para a gestão mais segura e eficiente dos recursos hídricos. As previsões de alertas hidrológicos emitidos, auxiliam diretamente na segurança e bem-estar da população dos municípios beneficiados. As entregas realizadas no exercício 2024, pela operação dos Sistemas de Alertas Hidrológicos (SAH), contemplaram todas regiões do território brasileiro, a saber: Região Norte: SAH ACRE, SAH AMAZONAS e SAH BRANCO Região Norte/Centro-Oeste: SAH MADEIRA e SAH XINGU Região Centro-Oeste: SAH PARAGUAI Região Nordeste: SAH ITAPECURU, SAH PARNAÍBA e SAH MUNDAÚ. Região Nordeste/Sudeste: SAH SÃO FRANCISCO. Região Sudeste: SAH DOCE, SAH MURIAÉ, SAH POMBA e SAH VELHAS. Região Sul: SAH CAÍ, SAH TAQUARI, e SAH URUGUAI

Análise geral da realização da Entrega: No primeiro semestre, as restrições orçamentárias (contingenciamento e bloqueio) impactaram o pleno funcionamento da operação, refletindo em uma cobertura inicialmente menor. No início do segundo semestre, com o descontingenciamento orçamentário, foi possível retomar integralmente o cronograma de operação dos sistemas, ampliando o número de municípios efetivamente beneficiados. Nesse contexto, no exercício de 2025 os Sistemas de Previsão de Alerta Hidrológico - SAH beneficiaram 115 municípios, com alcance de 15 municípios acima do programado. O alcance acima do programado se justifica pela implementação de 02 novos Sistemas de Alerta, SAH Araguaia e SAH Guaíba, somado ao processo de melhoria da modelagem de previsão e a ampliação do número de estações telemétricas nos Sistemas SAH do Rio das Velhas e SAH do Rio São Francisco. É importante ressaltar que, do total de municípios, 114 foram beneficiados com recursos orçamentários ordinários, por meio da operação regular de 18 Sistemas de Alerta Hidrológico, dentre os quais se destaca o SAH Araguaia, implantado como novo sistema no exercício. Um município foi contemplado com previsões hidrológicas no âmbito da execução de recursos extraordinários: Porto Alegre (RS). Os recursos do crédito extraordinário foram integralmente

alocados na implantação do Sistema de Alerta Hidrológico (SAH) do Guaíba e na recuperação da rede de monitoramento hidrológico. A iniciativa compreendeu a instalação de novas estações e a restauração da rede de monitoramento danificada em maio de 2024 que também atende os sistemas de alerta do Caí, Taquari e Uruguai. Entretanto, a abrangência das previsões hidrológicas do SAH-Guaíba circunscreve-se, atualmente, ao município de Porto Alegre. Os 19 Sistemas de Alerta implantados e operados pelo SGB-CPRM, estão distribuídos nas seguintes regiões do país: Região Norte – 05 Sistemas. São eles: SAH Rio Amazonas; SAH Rio Acre; SAH Rio Madeira; SAH Rio Branco e SAH Rio Xingu. Região Norte/Centro-oeste – 01 Sistema - SAH Rio Araguaia Região Centro-oeste – 01 Sistema - SAH Rio Paraguai Região Nordeste – 03 Sistemas. São eles: SAH Rio Parnaíba; SAH Rio Mundaú; SAH Rio Itapecuru Região Nordeste/Sudeste – 01 Sistema - SAH – Rio São Francisco Região Sudeste – 04 Sistemas. São eles: SAH Rio Doce; SAH Muraié; SAH Rio das Velhas; SAH Rio Pomba Região Sul – 04 Sistemas. São eles: SAH Guaíba; SAH Rio Uruguai; SAH Rio Taquari; SAH Rio Caí

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário:

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2024	Meta prevista para 2025	Meta prevista para 2026	Meta prevista para 2027	Origem	Quantidade alcançada	Data de Referência	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	Monitoramento	12	31/12/2025	Centro – oeste - 12 municípios distribuídos nas unidades federativas: GO – 04; MS – 03; MT – 05. Na região há 1 sistema em operação: SAH Rio Paraguai. Importante ressaltar que o Sistema SAH Rio Araguaia atende tanto a região Norte quanto a região Centro-Oeste.
Região Nordeste	-	-	-	-	Monitoramento	23	31/12/2025	Nordeste – 23 municípios distribuídos nas unidades federativas: AL- 02; BA – 08; MA – 08; PI – 05. Na Região Nordeste há 03 Sistemas em operação: SAH Rio Parnaíba; SAH Rio Mundaú; SAH Rio Itapecuru. Importante ressaltar que o Sistema SAH – Rio São Francisco atende tanto a região Sudeste quanto a região Nordeste.
Região Norte	-	-	-	-	Monitoramento	26	31/12/2025	Norte – 26 municípios distribuídos nas unidades federativas: AC—04; AM – 04; PA – 08; RO – 02; RR – 02; TO – 06 Na região Norte há 06 Sistemas em operação: SAH Rio Amazonas; SAH Rio Acre; SAH Rio Madeira; SAH Rio Branco; SAH Rio Xingu; SAH Rio Branco. Importante ressaltar que o Sistema SAH Rio Araguaia atende tanto a região Norte quanto a região Centro-Oeste.
Região Sudeste	-	-	-	-	Monitoramento	40	31/12/2025	Sudeste – 40 municípios distribuídos nas unidades federativas: ES – 03; MG – 32; RJ – 05 Na região há 4 sistemas em operação: SAH Rio Doce; SAH Muraié; SAH Rio das Velhas; SAH Rio Pomba. Importante ressaltar que o Sistema SAH – Rio São Francisco atende tanto a região Sudeste quanto a região Nordeste.
Região Sul	-	-	-	-	Monitoramento	14	31/12/2025	Sul – 14 municípios na unidade federativa RS Na região há 4 sistemas em operação: SAH Guaíba; SAH Rio Uruguai; SAH Rio Taquari; SAH Rio Caí

Entrega: 0377 - Apoio a elaboração de Planos Municipais de Redução de Riscos no subeixo Prevenção a Desastres

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Entrega concluída? Não

Indicador: 9233 - Número de municípios atendidos com Planos Municipais de Redução de Risco ou instrumento similar

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2022

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 06CA - Meta do Indicador 9233

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: 92

Meta prevista para 2025: 120

Meta prevista para 2026: 50

Meta prevista para 2027: 50

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 30

Quantidade alcançada: 20

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: Há que se considerar que na oportunidade de definição das metas, planejou-se uma distribuição igualitária ao longo dos anos. No entanto, com a estratégia de qualificar o método de elaboração do produto em conjunto com instituições de notório saber e capacidade técnica, o Departamento responsável vem implementando a meta de forma escalonada, o que também vem permitindo melhor convergência aos limites orçamentários disponibilizados. Assim, em 2023 a SNP/MCidades contratou a elaboração de PMRRs para apoio a 20 municípios por meio da celebração de Termo de Execução Descentralizada com a FioCruz, com participação de 18 universidades públicas com atuação no campo da prevenção de desastres. Em 2024 a SNP/MCidades firmou TED com o Serviço Geológico do Brasil - SGB para a execução de mais 10 PMRR, atendendo os municípios de Rio Branco/AC, Maceió/AL, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Caruaru/PE, Paulista/PE, Teresina/PI, Blumenau/SC, Lages/SC e Itajaí/SC. Ainda em 2024 a SNP/MCidades firmou um acordo de cooperação internacional, com parte dos recursos já empenhados, que viabilizará a elaboração de mais 120 PMRRs. Dessa forma, a partir de 2025, espera-se um incremento significativo na entrega de produtos para alcance da meta definida. Os municípios atendidos por meio do TED assinado com a FioCruz são: Belém/PA, Manaus/AM, Paranaíba/PR, Colombo/PR, João Monlevade/MG, Natal/RN, Olinda/PE, Jaboatão dos Guararapes/PE, Angra dos Reis/RJ, Niterói/RJ, Porto Alegre/RS, Florianópolis/SC, São José/SC, Santa Maria/RS, Candeias/BA, Ilhéus/BA, Serra/ES, Contagem/MG, Mauá/SP e Itaquaquecetuba/SP. A meta de 368 PMRRs a serem contratados entre 2023 e 2026 como apoio ao planejamento de intervenções em municípios críticos a desastres relacionados a deslizamentos, foi inicialmente definida com base em uma estimativa de demanda e em função de uma expectativa de orçamento a ser alocado para a Ação 8865 no momento em que a distribuição de recursos para o processo seletivo do Novo PAC ainda não estava definido. Ocorre que mais tarde os PMRRs não foram incluídos no processo de seleção 2023-2024 do Novo-PAC, que priorizou investimentos em obras de infraestrutura para prevenção de desastres. Em seguida, no entanto, a SNP/MCidades solicitou à CC/PR a inclusão da modalidade de apoio a PMRR no Novo PAC a fim de alcançar maior escala no apoio ao planejamento dos municípios, prevendo a contratação de 200 instrumentos até o final de 2027. Para tanto, a SNP/MCidades trabalha com de apoio à elaboração de PMRR com base na lista de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de desastres naturais geológico e hidrológico nos subgrupos de movimento de massa, alagamentos, enxurradas e inundações para serem priorizados nas ações da União em Gestão de Riscos

Análise geral da realização da Entrega: Em 2023 foi contratada a elaboração de 20 PMRR com universidades públicas por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED com a FioCruz. Em 2024 o MCidades firmou Termo de Cooperação com a UNOPS para a elaboração de 120 PMRR, além de TED com o Serviço Geológico do Brasil (SGB/MME) para a elaboração de mais 10 PMRR. Em 2025 a SNP/MCidades ampliou a parceria com a FioCruz viabilizando a elaboração de mais 20 PMRR. Até 2025, estão definidos 66 municípios, sendo: AC: 1; AL: 1; AM: 3; BA: 5; CE: 4; ES: 1; GO: 1; MA: 4; MG: 8; PA: 5; PB: 1; PE: 6; PI: 1; PR: 6; RJ: 5; RN: 1; RS: 5; SC: 3; SP: 5 Para o exercício de 2026 espera-se a contratação de planos para mais 30 municípios.

Justificativa para não regionalização do resultado: Com relação à regionalização, vale observar que a indicação definitiva dos municípios apoiados ocorre, a depender do parceiro contratado, somente após verificação de viabilidade de execução ou ainda por meio de licitação ou contratação de universidades públicas.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: Alteração de meta

Restrições para o alcance da meta: Falhas de implementação

Restrições para o alcance da meta: Falhas de implementação

Detalhamento da restrição - 2025: A baixa oferta de serviços especializados, bem como a realização dos processos licitatórios postergaram a contratação das empresas para execução dos PMRR prevista anteriormente para o primeiro semestre de 2025.

Providências para tratamento da restrição - 2025: Articulação juntos aos parceiros para viabilizar a implementação de novos planos.

Notas do usuário:

Entrega: 1740 - Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Entrega concluída? Não

Indicador: 11000 - Número de entes prioritários capacitados em proteção e defesa civil

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 1.078

Data de referência da linha de base: 31/12/2024

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 05VL - Meta do Indicador 11000

Cumulativa? Sim

Meta prevista para 2024: 3.263

Meta prevista para 2025: 1.219

Meta prevista para 2026: 1.359

Meta prevista para 2027: 1.471

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 3.421

Quantidade alcançada: 1.655

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: Na apuração realizada com dados do final de dezembro de 2024, obteve-se um total de 3.421 municípios capacitados pela SEDEC. As regiões norte, nordeste e centro-oeste já alcançaram o objetivo estabelecido, porém os municípios das regiões sul e sudeste ainda estão aquém da meta. No que se refere às perspectivas, com a previsão de atualização das Gestões Municipais devido às Eleições de 2024, acredita-se que haverá relevante busca por capacitações no primeiro semestre de 2025. Na medida em que se avança no quantitativo de entes capacitados em proteção e defesa civil, restam sem capacitação apenas os municípios de menor porte e por vezes menos estruturados, onde há escassez de pessoas com atuação e/ou interesse no assunto das capacitações. Com cerca de 60 % dos municípios brasileiros atendidos por ações de capacitação, a expansão desta meta começa a ser limitada pela estruturação dos órgãos locais e disseminação da cultura de proteção e defesa civil pelo país. Entende-se pertinente o alinhamento das metas com as ações de fortalecimento do sistema e estruturação das Defesas Cíveis locais, considerando o fato de que diversos municípios brasileiros não possuem histórico de desastres e são, portanto, difíceis de sensibilizar sobre a temática como um todo.

Análise geral da realização da Entrega: Para o ano de 2025, foi meta foi alcançar 62,7% dos municípios prioritários listados pela Casa Civil em https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/protacao-e-defesa-civil-sedec/lista_municipios_prioritarios_1972_anexos_I_e_II_20240606.pdf : a linha base foram os resultados - não acumulados com anos anteriores - de 2024. As metas foram todas alcançadas, possivelmente devido a 02 fatores: 2025 foi um ano de novas gestões municipais, demandando atualização de conhecimento dos entes municipais. Outro ponto foram as campanhas de divulgação sistematicas das capacitações, incluindo solicitação de apoio de todo o Sinpdec nessa divulgação. No entanto, é importante considerar que a apuração contabiliza os resultados desde o lançamento do Plano de Capacitação Continuada, em 2020. Tal parametro será revisto no proximo estabelecimento de metas. Por fim, os resultados da capacitação da SEDEC estão publicados em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaMDRkY2YyNjctYml1Ni00MjRmLTImNTYtYjc1MjJxMGJjMjA1IiwidCI6Ijk2MTFiY2UxLTlTM0MTQtNGMzNS1hM2YwLTdkMTAwNDI5MGnkNiJ9>

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: Alteração de meta

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário:

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2024	Meta prevista para 2025	Meta prevista para 2026	Meta prevista para 2027	Origem	Quantidade alcançada	Data de Referência	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	222	55	66	73	Qualitativo	74	31/12/2025	
Região Nordeste	828	335	402	442	Qualitativo	478	31/12/2025	
Região Norte	247	144	159	174	Qualitativo	189	31/12/2025	
Região Sudeste	1.222	425	446	468	Qualitativo	558	31/12/2025	
Região Sul	744	260	286	314	Qualitativo	356	31/12/2025	

Entrega: 2824 - Processo de Seleção para contratação de ações de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas no subeixo Prevenção a Desastres: Contenção de Encostas e Drenagem (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Entrega concluída? Não

Indicador: 12189 - Valor alocado para seleção (R\$)

Unidade de medida: R\$

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 07FO - Meta do Indicador 12189

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: 1.490.000.000

Meta prevista para 2025: 729.334.853,47

Meta prevista para 2026: 690.948.808,55

Meta prevista para 2027: 571.952.069,3

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 3.197.764.268,68

Quantidade alcançada: 5.980.724.831,83

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: Valor referente ao montante contratado até 31/12/2024, contudo, cabe ressaltar que, conforme calendário definido para as seleções do Novo PAC, o prazo para contratação das propostas selecionadas em 2024, com recursos do OGU, se encerra em 31/01/2025, e, as com recurso do FGTS, tem data limite para contratação até 28/03/2025. Ao todo foram selecionados R\$ 8,98 bilhões em empreendimentos de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas, sendo R\$ 4,26 bilhões com recursos do OGU e R\$ 4,72 milhões com recursos do FGTS. E, mais R\$ 324,9 milhões selecionados para a elaboração de estudos e projetos de engenharia voltados para a Drenagem Urbana dos municípios.

Análise geral da realização da Entrega: Foram contratadas 142 propostas de drenagem urbana, com um total investido de R\$ 5.980.724.831,83, sendo R\$ 1.265.401.033,09 em recursos do FGTS e R\$ 4.715.323.798,74 em recursos do OGU. Essas propostas estão distribuídas entre as regiões Centro-Oeste com 05 propostas no valor total de R\$ 144.470.369,98 investidos, região Nordeste com 42 propostas no valor total de R\$ 1.975.054.585,28 investidos, região Norte com 24 propostas e valor total de R\$ 983.819.114,44 investidos, região Sudeste com 41 propostas e valor total de R\$ 2.251.710.765,22 investidos e região Sul com 20 propostas e valor total de R\$ 625.669.996,91 investidos. O processo seletivo referente aos programas 5600020250001 - Novo PAC - Prevenção a desastres - Drenagem Urbana - OGU e 5600020250004 - Novo PAC - Prevenção a desastres - Drenagem Urbana - FIN, foram concluídos com a publicação das Portarias nº 1.083 de 18 de Setembro de 2025 e nº 1.087, de 19 de Setembro de 2025, respectivamente. Para o programa 5600020250001, foram selecionados R\$ 4.720.116.332,56 em recursos do OGU para 127 propostas, beneficiando 132 cidades de todas as regiões do País. Na região Centro-Oeste foram 05 propostas e R\$ 144.485.825,35 em investimentos, região Nordeste foram 41 propostas e R\$ 1.898.222.466,16 em investimento, região Norte foram 34 propostas e R\$ 983.819.116,48 em investimentos, região Sudeste foram 29 propostas e R\$ 1.094.640.573,66 em investimentos e região Sul foram 18 propostas e R\$ 598.948.350,91 em investimentos. Para o programa 5600020250004, com recursos do FGTS, foram selecionadas 22 propostas, que somam o valor de empréstimo de R\$ 1.693.709.245,74, beneficiando 8 municípios. Na região Nordeste foi 01 proposta e R\$ 74.505.911,21 em investimentos, região Sudeste foram 20 propostas e R\$ 1.547.623.279,25 em investimentos e região Sul foi 01 proposta e R\$ 71.580.055,28 em investimentos. A celebração dos instrumentos de financiamento e a efetiva alocação dos recursos ocorrerá no exercício de 2026, haja vista os trâmites necessários para aprovação da operação de crédito junto aos agentes financeiros.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário: O Sr Renan Lange Holdorf do MCID enviou como resposta: "Solicito correção para o valor de R\$ 5.980.724.831,83" e "Solicito também a alteração do texto da análise e dos valores de regionalização, conforme o texto em controle de alteração." Os valores regionais são: 144.470.369,98 (CO); 1.975.054.585,28 (NE); 983.819.114,44 (N); 2.251.710.765,22 (SE); 625.669.996,91 (S)

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2024	Meta prevista para 2025	Meta prevista para 2026	Meta prevista para 2027	Origem	Quantidade alcançada	Data de Referência	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	Monitoramento	144.470.369,98	31/12/2025	alterado conforme solicitação do MCID
Região Nordeste	-	-	-	-	Monitoramento	1.975.054.585,28	31/12/2025	valor alterado conforme solicitado pelo MCID
Região Norte	-	-	-	-	Monitoramento	983.819.114,44	31/12/2025	valor alterado conforme solicitado pelo MCID
Região Sudeste	-	-	-	-	Monitoramento	2.251.710.765,22	31/12/2025	valor alterado conforme solicitado pelo MCID
Região Sul	-	-	-	-	Monitoramento	625.669.996,91	31/12/2025	valor alterado conforme solicitado pelo MCID

Entrega: 2825 - Processo de Seleção para Seleção de Projetos e Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas no subeixo Prevenção a Desastres: Contenção de Encostas e Drenagem (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Entrega concluída? Não

Indicador: 12191 - Município selecionado

Unidade de medida: município
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Polaridade: Não se aplica

Meta: 07FP - Meta do Indicador 12191

Cumulativa? Não
Meta prevista para 2024: 52
Meta prevista para 2025: 70
Meta prevista para 2026: 70
Meta prevista para 2027: 70

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 91

Quantidade alcançada: 97

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: Foram selecionadas propostas acima da meta. Embora a meta seja definida anualmente, as seleções de obras de contenção de encostas no âmbito do Novo PAC, para apoio aos municípios críticos a desastres, ocorrem conforme calendário e orientações da Casa Civil da Presidência da República, podendo ou não coincidir com o ano calendário. A meta de apoio a 52 municípios foi estabelecida com base na análise técnica sobre a possibilidade de retomada dos investimentos para apoio aos municípios críticos bem como na expectativa de autorizações para a seleção e contratação de novas operações de contenção de encostas no âmbito do Novo PAC. A primeira seleção para novas propostas foi concluída somente em 2024 e os recursos autorizados pela Casa Civil, de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão, com recursos do Orçamento Geral da União e financiamento com recursos do FGTS, possibilitaram o apoio a 91 municípios conforme já registrado. Neste momento, a SNP/MCidades trata junto à Casa Civil da possibilidade de abertura de novo processo seletivo, ainda em 2025, para a contratação de operações no valor de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão. Entretanto, o número de municípios a ser apoiado depende de quais e quantos municípios vão apresentar propostas para seleção, não sendo possível antecipar quantos novos municípios serão atendidos.

Análise geral da realização da Entrega: A seleção PAC Encostas 2025 contemplou 95 propostas que beneficiam 98 municípios nas 5 regiões do Brasil. Por UF e região, respectivamente, a distribuição dos municípios selecionados, conforme disposto na Portaria 1.075, de 17/9/2025: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.075-de-17-de-setembro-de-2025-657769071>, ficou assim: AL 3; AM 2; BA 17; CE 2; ES 10; GO 1; MA 2; MG 7; MS 1; PA 2; PB 1; PE 7; PI 1; PR 2; RJ 9; RN 1; RS 6; SC 5; SE 1; e SP 17; Centro-Oeste 2; Nordeste 35; Norte 4; Sudeste 43; e Sul 13. O valor total selecionado foi de R\$ 1.233.326.024,00. Considerando o índice como município selecionado deve-se considerar o somatório de 98 selecionados/beneficiários, contudo houve 1 desistência que foi do município de São Joaquim/SC, resultando em 97. O texto construído anteriormente possui diferenças nos estados: BA 3; PE 2; e SC 1; total de 6. Essa diferença de 92 para 98 são os 6 destacados, sendo que houve uma desistência de SC, totalizando 97.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: Outros

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário: texto da Análise geral da realização da Entrega alterado conforme solicitação do MCID: "Pelo texto apresentado, solicito retirar 1 da regionalização Sul, refletindo a desistência de SC"

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2024	Meta prevista para 2025	Meta prevista para 2026	Meta prevista para 2027	Origem	Quantidade alcançada	Data de Referência	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	Monitoramento	2	31/12/2025	
Região Nordeste	-	-	-	-	Monitoramento	35	31/12/2025	
Região Norte	-	-	-	-	Monitoramento	4	31/12/2025	

Região Sudeste	-	-	-	-	Monitoramento	43	31/12/2025	
Região Sul	-	-	-	-	Monitoramento	13	31/12/2025	Resposta do Renan Lange Holdorf do MCID: Pelo texto apresentado, solicito retirar 1 da regionalização Sul, refletindo a desistência de SC.

Entrega: 3036 - Sistema de Mapeamento de Manchas de Inundações

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres
Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia
Entrega concluída? Não

Indicador: 12403 - Número Mapas de Manchas de Inundações realizados

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 10
Data de referência da linha de base: 31/12/2023
Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 07MN - Meta do Indicador 12403

Cumulativa? Não
Meta prevista para 2024: 2
Meta prevista para 2025: 3
Meta prevista para 2026: 3
Meta prevista para 2027: 4

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 4
Quantidade alcançada: 1
Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: O ano de 2024 caracterizou-se por uma reestruturação dos fluxos de trabalho e da organização das equipes envolvidas no projeto de mapeamento de inundações. Observou-se a incorporação de novas metodologias para a execução do mapeamento, destacando-se a vetorização de manchas a partir de imagens óticas de satélite e sua correlação com uma análise hidrológica estatística para a determinação dos tempos de retorno. A revisão dos fluxos de atividades, em conjunto com a expansão dos métodos de mapeamento e a finalização de produtos pendentes de exercícios anteriores, culminou na entrega de uma quantidade de produtos duas vezes superior à inicialmente acordada. Adicionalmente, o evento climático ocorrido no Rio Grande do Sul gerou um conjunto substancial de dados para a elaboração de mapas de inundação, os quais serão concluídos e disponibilizados em exercícios futuros. As entregas realizadas no exercício 2024 contemplaram diferentes regiões do território brasileiro, a saber: Região Norte – Estado do Acre e Amazonas Região Sudeste – Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro Entregas realizadas em 2024: - Mancha de Inundação Nova Era - MG <https://rigeo.cprm.gov.br/handle/doc/24158>; Mancha de inundação associada à cota de 15,54m na cidade de Xapuri - AC <https://rigeo.cprm.gov.br/handle/doc/25036>; Mancha de inundação associada à cota local de 29,00m na cidade de Manaus-AM <https://rigeo.cprm.gov.br/handle/doc/24792>; Mancha de inundação do rio Pomba na zona urbana de Santo Antônio de Pádua - RJ <https://rigeo.cprm.gov.br/handle/doc/25035>

Análise geral da realização da Entrega: No exercício 2025 foi executado 01 Mapa de Mancha de Inundação, refletindo o alcance de 33% da meta programada. O mapa entregue beneficia 01 município do estado de Alagoas - Região Nordeste. Em decorrência do bloqueio/contingenciamento orçamentário impostos no 1º semestre de 2025, o cronograma das atividades de campo vinculadas ao projeto foi fortemente impactado. O atraso de cronograma inviabilizou a realização de levantamentos de dados necessário para calibração de modelos e elaboração das manchas de inundações previstas. Link da

entrega realizada: <https://rigeo.sgb.gov.br//handle/doc/25847>.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrições para o alcance da meta: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição - 2025: Contingenciamento/bloqueio orçamentário ocorrido no segundo trimestre de 2025, que acarretou em impacto (inviabilização) na execução de atividades de campo essenciais a execução das entregas previstas. É relevante destacar que, tendo em vista as especificidades da entrega, é preciso que o orçamento esteja disponível no momento certo. Nesse cenário, ainda que o valor pareça pequeno e haja descontingenciamento em momento posterior, a falta da disponibilidade impacta a entrega.

Valor da insuficiência de recursos - 2025: 65.083

Providências para tratamento da restrição - 2025: Como providência imediata para o tratamento da restrição, foi realizada a repactuação das metas na LOA, adequando o volume de entregas ao cenário orçamentário disponível no exercício.

Notas do usuário: Mesmo sem o alcance da meta em 2025, não será necessária a revisão de metas do indicador. A equipe responsável pelo projeto sinaliza a viabilidade de alcance da meta total do PPA, para o indicador, devido aos seguintes fatores: 1) Adoção de metodologias mais automatizadas e com menor dependência de dados coletados em campo, o que permitirá otimizar os recursos e reduzir os custos operacionais. 2) Celebração de parceria com outras instituições para o processamento dos dados coletados por meio do acionamento da Carta Internacional "Desastres" (Disaster Charter), no evento ocorrido em maio de 2024 no Rio Grande do Sul. Colaboração que visa fortalecer a capacidade de resposta a eventos climáticos e ampliar a expertise técnica na área de mapeamento de inundações

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2024	Meta prevista para 2025	Meta prevista para 2026	Meta prevista para 2027	Origem	Quantidade alcançada	Data de Referência	Notas do usuário
Região Nordeste	-	-	-	-	Monitoramento	1	31/12/2025	O mapa entregue beneficia 01 município do estado de Alagoas.

Entrega: 3096 - Drenagem - canalização de córrego nas Bacias Mutum e Salgadeira - Bairro Irmã Dulce

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Entrega concluída? Sim

Indicador: 12465 - Empreendimento entregue

Unidade de medida: unidade

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 07OE - Meta do Indicador 12465

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: 1

Meta prevista para 2025: 0

Meta prevista para 2026: 0
Meta prevista para 2027: 0

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 1

Quantidade alcançada: -

Data de Referência: -

Análise geral da realização da Entrega - 2024: "Trata-se do empreendimento CANAL DO MUTUM, Município(s) de Santo Antônio de Jesus/BA. O valor total do investimento é R\$ 79.292.915,38. Em 2024, foram repassados R\$ 4.996.567,88. A execução do empreendimento está como: Concluído, com execução física de 100% , beneficiando 637 mil famílias.

Análise geral da realização da Entrega: -

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: -

Restrições para o alcance da meta: -

Notas do usuário: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2024	Meta prevista para 2025	Meta prevista para 2026	Meta prevista para 2027	Origem	Quantidade alcançada	Data de Referência	Notas do usuário
No Estado da Bahia	1	0	0	-	Qualitativo	Não informado	Não informado	Não informado

Entrega: 3103 - Drenagem urbana sustentável nos Córregos Lavapés, Água Fria, Cascata, Antártica e Tenente

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Entrega concluída? Sim

Indicador: 12472 - Empreendimento entregue

Unidade de medida: unidade

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 07OL - Meta do Indicador 12472

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: 1

Meta prevista para 2025: 0

Meta prevista para 2026: 0

Meta prevista para 2027: 0

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 1

Quantidade alcançada: -

Data de Referência: -

Análise geral da realização da Entrega - 2024: Trata-se do empreendimento Execução de 4 reservatórios de amortecimento de cheias, sendo 3 em estrutura de terra, nos córregos Cascata, Antártica e Tenente, além do reservatório linear do córrego Lavapés em gabiões. Município(s) de Botucatu/SP. O valor total do investimento é R\$ 79.292.915,45. Em 2024, foram repassados R\$ 4.996.567,95. A execução do empreendimento está como: Concluído, com execução física de 99,03%, beneficiando 10.734 famílias.

Análise geral da realização da Entrega: -

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: -

Restrições para o alcance da meta: -

Notas do usuário: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2024	Meta prevista para 2025	Meta prevista para 2026	Meta prevista para 2027	Origem	Quantidade alcançada	Data de Referência	Notas do usuário
No Estado de São Paulo	1	0	0	-	Qualitativo	Não informado	Não informado	Não informado

Entrega: 3108 - Drenagem - Implantação do sistema de macrodrenagem na sede municipal

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Entrega concluída? Sim

Indicador: 12477 - Empreendimento entregue

Unidade de medida: unidade

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 07OQ - Meta do Indicador 12477

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: 1

Meta prevista para 2025: 0

Meta prevista para 2026: 0

Meta prevista para 2027: 0

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 1

Quantidade alcançada: -

Data de Referência: -

Análise geral da realização da Entrega - 2024: Trata-se do empreendimento Implantação de sistema de macrodrenagem em Oeiras Município(s) de Oeiras/PI. O valor total do investimento é R\$ 79.292.915,50. Em 2024, foram repassados R\$ 4.996.567,100. A execução do empreendimento está como: Concluído, com execução física de 87,39%,

Análise geral da realização da Entrega: -

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: -

Restrições para o alcance da meta: -

Notas do usuário: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2024	Meta prevista para 2025	Meta prevista para 2026	Meta prevista para 2027	Origem	Quantidade alcançada	Data de Referência	Notas do usuário
No Estado do Piauí	1	0	0	-	Qualitativo	Não informado	Não informado	Não informado

Entrega: 3153 - Drenagem urbana sustentável - macrodrenagem no Córrego Túnel Camarões

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Entrega concluída? Sim

Indicador: 12522 - Empreendimento entregue

Unidade de medida: unidade

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 07PZ - Meta do Indicador 12522

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: 1

Meta prevista para 2025: 0

Meta prevista para 2026: 0

Meta prevista para 2027: 0

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 1

Quantidade alcançada: -

Data de Referência: -

Análise geral da realização da Entrega - 2024: "Trata-se do empreendimento de Construção de 02 reservatórios de amortecimento de cheias, incluindo a aquisição de terreno, ações de preservação ambiental, na região do córrego Túnel Camarões. Execução de 56 UH pelo PMCMV para reassentamento de famílias - Bacia do Arrudas. Município(s) de Belo Horizonte/MG. O valor total do investimento é R\$ 79.292.915,73. Em 2024, foram repassados R\$ 4.996.567,123. A execução do empreendimento está como: Concluído, com execução física de 97,85%, beneficiando 47.287 famílias.

Análise geral da realização da Entrega: -

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: -

Restrições para o alcance da meta: -

Notas do usuário: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2024	Meta prevista para 2025	Meta prevista para 2026	Meta prevista para 2027	Origem	Quantidade alcançada	Data de Referência	Notas do usuário
No Estado de Minas Gerais	1	0	0	-	Qualitativo	Não informado	Não informado	Não informado

Entrega: 3157 - Implantação de obras de macrodrenagem na Bacia do Córrego Santa Vitória

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Entrega concluída? Sim

Indicador: 12526 - Empreendimento entregue

Unidade de medida: unidade

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 07Q3 - Meta do Indicador 12526

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: 1

Meta prevista para 2025: 0

Meta prevista para 2026: 0

Meta prevista para 2027: 0

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 1

Quantidade alcançada: -

Data de Referência: -

Análise geral da realização da Entrega - 2024: Trata-se do empreendimento Construção de barramento para contenção de águas pluviais e prevenção de enchentes com canalização aberta em concreto no córrego Santa Vitória, inclusive com obras de microdrenagem e urbanização nas margens direita e esquerda Município(s) de Santa Vitória/MG. O valor total do investimento é R\$ 79.292.915,77. Em 2024, foram repassados R\$ 4.996.567,127. A execução do empreendimento está como: Concluído, com execução física de 100%, beneficiando 6.897 famílias.

Análise geral da realização da Entrega: -

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: -

Restrições para o alcance da meta: -

Notas do usuário: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2024	Meta prevista para 2025	Meta prevista para 2026	Meta prevista para 2027	Origem	Quantidade alcançada	Data de Referência	Notas do usuário
No Estado de Minas Gerais	1	0	0	-	Qualitativo	Não informado	Não informado	Não informado

Entrega: 3158 - Implantação de sistema de drenagem e manejo de águas pluviais nos bairros João Paulo II, Santo Antonio, Boa Vista e Primavera

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Entrega concluída? Sim

Indicador: 12527 - Empreendimento entregue

Unidade de medida: unidade

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 07Q4 - Meta do Indicador 12527

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: 1

Meta prevista para 2025: 0

Meta prevista para 2026: 0

Meta prevista para 2027: 0

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 1

Quantidade alcançada: -

Data de Referência: -

Análise geral da realização da Entrega - 2024: Trata-se do empreendimento Implantação de sistema de drenagem e manejo de águas pluviais nos bairros João Paulo II, Santo Antonio, Boa Vista e Primavera, através da construção de duas bacias de infiltração, com capacidades de 7.000m³ e 5.000m³, e três bacias de retenção subterrânea, com capacidades de 3.000m³, 1.000m³ e 7.500m³, além

da reabilitação da rede de drenagem já construída. Município(s) de Pouso Alegre/MG. O valor total do investimento é R\$ 79.292.915,78. Em 2024, foram repassados R\$ 4.996.567,128. A execução do empreendimento está como: Concluído, com execução física de 100%, beneficiando 3.125 famílias.

Análise geral da realização da Entrega: -

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: -

Restrições para o alcance da meta: -

Notas do usuário: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2024	Meta prevista para 2025	Meta prevista para 2026	Meta prevista para 2027	Origem	Quantidade alcançada	Data de Referência	Notas do usuário
No Estado de Minas Gerais	1	0	0	-	Qualitativo	Não informado	Não informado	Não informado

Entrega: 3167 - Macrodrenagem nas bacias dos córregos Japão e do Onça

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Entrega concluída? Sim

Indicador: 12536 - Empreendimento entregue

Unidade de medida: unidade

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 07QD - Meta do Indicador 12536

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: 1

Meta prevista para 2025: 0

Meta prevista para 2026: 0

Meta prevista para 2027: 0

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 1

Quantidade alcançada: -

Data de Referência: -

Análise geral da realização da Entrega - 2024: Trata-se do empreendimento Macrodrenagem nas bacias dos córregos Japão e do Onça Município(s) de Três Lagoas/MS. O valor total do investimento é R\$ 79.292.915,84. Em 2024, foram repassados R\$ 4.996.567,134. A execução do empreendimento está como: Concluído, com execução física de 99,47%, beneficiando 19.096 famílias.

Análise geral da realização da Entrega: -

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: -

Restrições para o alcance da meta: -

Notas do usuário: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2024	Meta prevista para 2025	Meta prevista para 2026	Meta prevista para 2027	Origem	Quantidade alcançada	Data de Referência	Notas do usuário
No Estado de Mato Grosso do Sul	1	0	0	-	Qualitativo	Não informado	Não informado	Não informado

Entrega: 3355 - Nacionalização do projeto Defesa Civil Alerta

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Entrega concluída? Não

Indicador: 12678 - Percentual de regiões com a ferramenta de alerta disponibilizada

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 50

Data de referência da linha de base: 31/12/2024

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 07UV - Meta do Indicador 12678

Cumulativa? Sim

Meta prevista para 2024: -

Meta prevista para 2025: 50

Meta prevista para 2026: 100

Meta prevista para 2027: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: -

Quantidade alcançada: 100

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: -

Análise geral da realização da Entrega: - Início do projeto piloto, em 10/08/2024 em 11 municípios do Sul e Sudeste; - Início da operação nas regiões Sul e Sudeste, em 04/12/2024; - Início da operação na região Nordeste, em 18/06/2025; - Início da operação na região Norte, em 24 de setembro de 2025; - Início da operação no Centro-Oeste, em 01 de outubro de 2025; - A Nota Informativa nº 26 em anexo sintetiza e detalha os dados sobre a conclusão da etapa de nacionalização da ferramenta.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário:

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2024	Meta prevista para 2025	Meta prevista para 2026	Meta prevista para 2027	Origem	Quantidade alcançada	Data de Referência	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	0	16,67	-	-	Qualitativo	16,7	31/12/2025	
Região Nordeste	0	16,67	-	-	Qualitativo	16,6	31/12/2025	
Região Norte	0	16,6	-	-	Qualitativo	16,7	31/12/2025	
Região Sudeste	-	-	-	-	Monitoramento	25	31/12/2025	
Região Sul	-	-	-	-	Monitoramento	25	31/12/2025	

Entrega: 3373 - Implantação do sistema para monitoramento e emissão de alerta de tempo severo – nowcasting (INPE/MCTI)

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Entrega concluída? Não

Indicador: 12701 - Progresso na Implementação do Sistema de Nowcasting

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 01/01/2024

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 07WU - Meta do Indicador 12701

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: 10

Meta prevista para 2025: 40

Meta prevista para 2026: 70

Meta prevista para 2027: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: -

Quantidade alcançada: 40

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: -

Análise geral da realização da Entrega: Dentre as metas previstas no PPA, houve avanços significativos nos seguintes itens: 1) Base de relatos Manutenção e atualização contínua do banco de relatos de tempo severo e do banco de eventos de chuva intensa, com ampliação da base de relatos para a região Amazônica. 2) Simulações Configuração do MONAN no modo regional para gerar simulações de estudos de caso em alta resolução (3 km) para a região Sul do país. 3) Capacitação Realização da Série de Cursos de Nowcasting, composta por três módulos virtuais disponibilizados na plataforma Moodle, e realização do 3º Workshop de Previsão Imediata (Nowcasting) de forma presencial no INPE, com mais de 500 inscritos, cerca de 260 participantes nos módulos online e 40 no workshop, com foco na capacitação de meteorologistas em boas práticas de nowcasting. 4) Ferramenta de nowcasting Pesquisa e desenvolvimento da ferramenta de nowcasting, atualmente em fase de cadastramento/inserção dos produtos; análise/homologação das funcionalidades disponíveis; e desenvolvimento de novas funcionalidades, com apoio de bolsista dedicado. 5) Aplicativo Desenvolvimento e atualização do aplicativo SOS-CHUVA, que encontra-se em fase de validação interna, com suporte de bolsista específico. 6) Desenvolvimento de produto Operação e avaliação do produto LightningCast BR (produto que fornece a previsão de raios para os próximos 60 minutos, indicando através de níveis de probabilidade as áreas mais propícias à ocorrência).

Justificativa para não regionalização do resultado: O conjunto de ferramentas a serem desenvolvidas têm abrangência nacional e poderá ser customizado pelos Centros Regionais

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário:

Entrega: 3383 - Empreendimentos entregues referentes a Contenção de Encostas no subeixo Prevenção a Desastres: Contenção de Encostas e Drenagem (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Entrega concluída? Não

Indicador: 12719 - Número de Empreendimentos entregues referentes a Contenção de Encostas no subeixo Prevenção a Desastres: Contenção de Encostas e Drenagem (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)

Unidade de medida: unidade

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 07VX - Meta do Indicador 12719

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: 0

Meta prevista para 2025: 0

Meta prevista para 2026: 0

Meta prevista para 2027: 38

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: -

Quantidade alcançada: 0

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: -

Análise geral da realização da Entrega: O único empreendimento considerado entregue refere-se à operação nº 421.269-40, do PAC Contenção de Encostas, no município de São Bernardo do Campo/SP. Embora as obras tenham sido concluídas em 2024, o encerramento contratual junto à instituição mandatária — CAIXA — ainda permanecia em tramitação ao longo de 2025, motivo pelo qual não houve registro formal de conclusão no exercício. Assim, a ausência de entregas no período não decorre de inexecução da política pública, mas de condicionantes administrativas inerentes ao ciclo de finalização dos instrumentos de repasse. Cabe esclarecer que, no contexto do Novo PAC, o termo “empreendimento” vem sendo utilizado como referência ao instrumento de repasse ou à operação contratada. Trata-se, contudo, de um conceito agregador, pois cada operação normalmente contempla diversas obras de contenção de encostas distribuídas pelo território municipal, frequentemente executadas em frentes distintas e com diferentes níveis de maturidade. Dessa forma, a análise baseada exclusivamente na conclusão formal do instrumento pode não refletir integralmente os benefícios já disponibilizados à sociedade, uma vez que intervenções específicas podem estar finalizadas e operacionais antes do encerramento administrativo da operação. Logo, é importante destacar que cada operação, empreendimento, instrumento de repasse ou contrato abrange inúmeras obras de contenção de encostas no território do município beneficiário, que podem ter sido concluídos ou não. Quanto ao estado da carteira, os instrumentos vigentes encontram-se em fases de execução física, aprovação de projetos e superação de condicionantes técnicas, refletindo a complexidade inerente às obras de contenção de encostas e ao ciclo das contratações públicas. Assim, fatores como exigências técnicas, trâmites administrativos e requisitos preparatórios influenciaram o ritmo de formalização das entregas. Nesse sentido, a inexistência de conclusões formais no período deve ser interpretada com cautela, pois está associada ao estágio de maturação de uma política estrutural, cujos resultados se materializam de forma progressiva e sustentável.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: Outros

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário:

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2024	Meta prevista para 2025	Meta prevista para 2026	Meta prevista para 2027	Origem	Quantidade alcançada	Data de Referência	Notas do usuário
Região Nordeste	0	0	0	7	Qualitativo	0	31/12/2025	
Região Sudeste	0	0	0	31	Qualitativo	0	31/12/2025	

Entrega: 3397 - Empreendimentos entregues referentes a Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas no subeixo Prevenção a Desastres: Contenção de Encostas e Drenagem (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Entrega concluída? Não

Indicador: 12746 - Número de Empreendimentos entregues referentes a Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas no subeixo Prevenção a Desastres: Contenção de Encostas e Drenagem (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 7

Data de referência da linha de base: 31/12/2024

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 07WR - Meta do Indicador 12746

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: 7

Meta prevista para 2025: 16

Meta prevista para 2026: 14

Meta prevista para 2027: 3

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: -

Quantidade alcançada: 2

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: -

Análise geral da realização da Entrega: Foram entregues dois empreendimentos. um na região Nordeste - Empreendimento Entrega - 3109 - Contrato: 041831659; Município: Patos/PB; Objeto: Macro drenagem urbana na bacia do Riacho do Frango; Investimento: R\$ 16,92 milhões; Nº famílias beneficiadas: 5.127; um na região Sudeste - Empreendimento Entrega -1057 - Contrato: 040249147; Município: Vila Velha/ES; Objeto: Construção do Sistema de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem Urbana da Bacia Hidrográfica do Rio Aribiri e Jardim de Ala; Investimento: R\$ 127,5 milhões; Nº famílias beneficiadas: 38.630. **** SITUAÇÃO ATUAL DOS DEMAIS EMPREENDIMENTOS - São 31 empreendimentos em execução, regionalizados da seguinte forma: 01 na região Centro-Oeste, 01 na região Norte, 07 na região Nordeste, 12 na região Sudeste e 10 na região Sul; Paralisado: 01 na região Nordeste, 06 na região Sudeste e 01 na região Sul; e, Não Iniciado: 01 na região Sul. A respeito da previsão de entregas para 2025, das 16 obras estimadas, duas foram entregues conforme apresentado (Patos/PB e Vila Velha/ES), as demais foram reprogramadas para datas futuras.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: Alteração de meta

Restrições para o alcance da meta: Falhas de implementação

Restrições para o alcance da meta: Falhas de implementação

Detalhamento da restrição - 2025: A meta estipulada considerou a entrega dos empreendimentos executados no programa Novo PAC, no entanto, não atingirão a meta estipulada.

Providências para tratamento da restrição - 2025: Recomenda-se a revisão da meta, de forma a contemplar a possibilidade de reprogramações nos empreendimentos e fatores tais como atrasos na execução associados a entraves técnicos, financeiros e administrativos que afetam a regularidade das obras.

Notas do usuário:

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2024	Meta prevista para 2025	Meta prevista para 2026	Meta prevista para 2027	Origem	Quantidade alcançada	Data de Referência	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	1	1	1	0	Qualitativo	0	31/12/2025	
Região Nordeste	2	4	2	1	Qualitativo	1	31/12/2025	
Região Sudeste	4	5	7	2	Qualitativo	1	31/12/2025	
Região Sul	0	6	4	0	Qualitativo	0	31/12/2025	

Medida Institucional Normativa do Objetivo Específico: 084D - Avaliação da qualidade geométrica dos insumos de cartografia e sensoriamento remoto utilizados na geração dos mapeamentos de suscetibilidade a desastres

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres
Órgão Responsável: 47000 - Ministério do Planejamento e Orçamento
Medida Institucional concluída? Não

Informações do Monitoramento

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa - 2024: No contexto do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais do Governo Federal, a ação no IBGE tem por objetivo realizar a avaliação da qualidade posicional de insumos (imagens orbitais e modelos digitais de terreno) que serão utilizados para elaboração de Mapas de Suscetibilidade pelo Serviço Geológico do

Brasil. Desde o início da ação até então já foram medidos em campo da 9.288 pontos de verificação para análise de insumos que recobrem 474 municípios. As perspectivas futuras dependem basicamente da continuidade do Plano no âmbito do Governo Federal e de orçamento disponível para sua execução.

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa: No contexto do PROGRAMA: 2318 - Gestão de Riscos e de Desastres do Governo Federal, a Medida Institucional Normativa 084D, no âmbito do IBGE, tem como objetivo avaliar a qualidade posicional de insumos (imagens orbitais e modelos digitais de terreno) utilizados na elaboração de Mapas de Suscetibilidade pelo Serviço Geológico do Brasil. Em razão da expressiva redução dos limites orçamentários e financeiros destinados à execução da ação no exercício de 2025 — conforme já registrado no acompanhamento do 1º semestre — não foi possível realizar, no período de agosto a dezembro, atividades de campo destinadas à medição de novos pontos de verificação, apesar da existência de demanda por parte do Programa. Desta forma, ao longo de todo o ano de 2025, permanecemos com os mesmos quantitativos informados para o 1º semestre, ou seja, foram medidos em campo 89 pontos de verificação, correspondentes a 03 municípios - Nova Xavantina/MT, Aimoré/MG e Igarapé/ MG. As perspectivas futuras para a iniciativa dependem, fundamentalmente, da continuidade do Programa no âmbito do Governo Federal e da disponibilidade de orçamento para sua execução.

Medida Institucional concluída? Não

MIN - Sinalização de necessidade de revisão – próximo exercício:

Notas do usuário:

Medida Institucional Normativa do Objetivo Específico: 0742 - Coordenação e articulação institucional da implantação do sistema para monitoramento e emissão de alerta de tempo severo – nowcasting (INPE/MCTI)

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Medida Institucional concluída? Não

Informações do Monitoramento

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa - 2024: Em 2023 foi estabelecido o Programa de Nowcasting no INPE, o mesmo encontra-se no Portfólio Institucional de Programas e Projetos do INPE e atualmente está passando por uma ampliação do seu escopo original. A missão do Programa de Nowcasting foi atualizada para: “desenvolver, gerar, gerenciar e difundir técnicas e informações e capacitar atores para previsão de tempo severo em curtíssima escala temporal, também conhecida como nowcasting”. Essa revisão contempla portanto uma ampliação no escopo para 5 grandes dimensões de atuação: pesquisa, desenvolvimento tecnológico, operação dos produtos desenvolvidos, formação continuada de recursos humanos para o Estado e representação. Identificou-se também a necessidade do estabelecimento de um macro sistema interorganizacional a ser composto de diferentes atores do Estado Brasileiro. Nessa frente já foram identificadas algumas instituições e iniciados os procedimentos para o devido estabelecimento das relações, papéis e responsabilidades dos atores envolvidos. A compreensão atual aponta para a necessidade do estabelecimento de um Sistema Nacional de Nowcasting (SNN). Entre os atores identificados estão o INEA (Instituto Estadual do Ambiente - RJ), Defesa Civil de Santa Catarina e o Estado do Rio de Janeiro. Ao longo de 2024 houve a realização de um mini curso, sessão temática e mesa-redonda de nowcasting, com participação de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, durante a Conferência Pan-Americana de Meteorologia, realizada em São Paulo; e também foi realizado o 2º Workshop de Previsão Imediata ocorrido no CPTEC/INPE no período de 3 a 5 de dezembro. O evento contou com a participação de 6 palestrantes, 22 inscritos para a participação presencial e aproximadamente 35 participantes remotos. O workshop teve como objetivo capacitar meteorologistas operacionais de centros regionais e empresas privadas nas boas práticas de Nowcasting. Além disso, o workshop também permitiu o refinamento nas capacidades de cada potencial ator no sistema interorganizacional. Ainda em 2024, foram realizadas reuniões com os representantes do Escritório das Américas e da Associação Regional III (AR III) da Organização Meteorológica Mundial (OMM-ONU) para tratar, principalmente, de projetos do INPE na área de meteorologia que podem beneficiar, de forma significativa, toda AR III na implementação dos sistemas de alertas meteorológicos. Dentre os projetos, foi apresentada a proposta de Criação do Centro Brasileiro de Tempestades Severas em Santa Maria, com a finalidade de aplicar as boas práticas de nowcasting e auxiliar na capacitação de profissionais na área, na região com a maior ocorrência de tempo severo no país. Nas reuniões também foram discutidas possíveis parcerias com a Argentina, Paraguai e Uruguai. Em 2025 estão previstas a realização de mais 2 treinamentos de nowcasting para formar mais atores no Estado Brasileiro e identificar potenciais atores a compor o futuro SNN.

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa: No âmbito da Medida Institucional Normativa 0742 – Coordenação e articulação institucional da implantação do sistema para monitoramento e emissão de alerta de tempo severo (nowcasting), foram realizadas ações de capacitação técnica, articulação institucional e fortalecimento da base científica. Foram promovidos três módulos virtuais da Série de Cursos de Nowcasting, por meio da plataforma Moodle, e realizado o 3º Workshop de Previsão Imediata (Nowcasting) de forma presencial no INPE, totalizando mais de 500 inscritos, com cerca de 260 participantes nos módulos online e 40 no evento presencial, visando à disseminação de boas práticas de nowcasting entre meteorologistas. Adicionalmente, foi proposta, no âmbito do CNPq, a criação do Laboratório de Tempestades Severas (LATS) e aprovada, junto à CAPES, proposta para a realização do I Simpósio Sul-Americano de Tempestades Severas, previsto para o período de 9 a 12 de novembro de 2026, no INPE, em São José dos Campos. Complementarmente, houve participação em curso de formação em Prospecção, Priorização, Avaliação e Gestão de Portfólio em Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), ministrado pela UNICAMP, no período de 17 de novembro a 18 de dezembro de 2025, com foco no aprimoramento das competências em planejamento, articulação e tomada de

decisão no âmbito da gestão do Programa de Nowcasting do INPE. As ações realizadas contribuem para a coordenação interinstitucional e para a implantação do sistema nacional de nowcasting.

Medida Institucional concluída? Não

MIN - Sinalização de necessidade de revisão – próximo exercício:

Notas do usuário:

Medida Institucional Normativa do Objetivo Específico: 07CC - Desenvolvimento de metodologia para execução de projetos de engenharia e obras de retenção de fluxo de detritos - Manual de Barreira SABO

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Medida Institucional concluída? Não

Informações do Monitoramento

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa - 2024: Os projetos executivos da barreira sabo e obras complementares em Nova Friburgo estão concluídos. A documentação foi entregue à Caixa e tem previsão de aprovação até o fim do mês de fevereiro de 2025. Previsão de abertura do processo licitatório no início de abril de 2025. O projeto executivo da barreira SABO de Teresópolis foi concluído. O projeto da via de acesso encontra-se em revisão com previsão de conclusão no começo do mês de março de 2025. Problemas relacionados às vias de acesso e de manutenção para implantação da Barreira SABO em Teresópolis. Comitê Técnico está revisando e irá propor alterações para viabilizar a construção das vias de acesso e de manutenção.

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa: Não foram registrados avanços ou atualizações no status destas iniciativas desde o último ciclo de monitoramento. O cenário permanece conforme o reporte anterior: o TED com a UFRJ segue aditivado para a inclusão de metas essenciais à conclusão do projeto, enquanto o processo licitatório da obra de barreira Sabo, em Nova Friburgo, mantém-se no fluxo iniciado em setembro de 2024. Da mesma forma, a elaboração dos projetos para o empreendimento em Teresópolis permanece com a previsão de conclusão estabelecida para o final de outubro. A limitada capacidade institucional da Prefeitura de Teresópolis tem impactado diretamente o fluxo das atividades, gerando atrasos no cronograma físico-financeiro do projeto. Adicionalmente, a escassez de recursos humanos especializados compromete o ritmo de execução das entregas, dificultando a manutenção dos prazos estabelecidos e exigindo um realinhamento das expectativas de conclusão. Estabelecimento de um rito de governança colaborativa, com a realização de reuniões periódicas — presenciais e virtuais — junto aos entes parceiros. Essa rotina de alinhamento permite o monitoramento sistemático da evolução das atividades e a rápida identificação de gargalos operacionais.

Medida Institucional concluída? Não

MIN - Sinalização de necessidade de revisão – próximo exercício:

Notas do usuário:

Medida Institucional Normativa do Objetivo Específico: 0524 - Desenvolvimento de sistema de previsão de riscos de inundações bruscas e disponibilização do produto no website do CEMADEN e compartilhar com os órgãos de gestão de riscos de desastres (CEMADEN/MCTI)

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Medida Institucional concluída? Não

Informações do Monitoramento

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa - 2024: O projeto encontra-se na fase de estruturação de um banco de eventos de ocorrências que deverá servir de amostra para testar o desempenho da Previsão Numérica de Tempo - PNT por conjuntos. Esta fase deve se estender até meados de 2025. Com os resultados deste trabalho, espera-se estruturar um processo automatizado para compor o relatório diário da previsão de risco hidrológico, indicando com 24 horas de antecedência a possibilidade de eventos de enxurradas e alagamentos nos municípios monitorados pelo Cemaden.

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa: O projeto já está em fase final das análises estatísticas. Recentemente encerraram-se as rodadas das previsões numéricas dos 30 membros

do modelo de previsão GFS para os 1000 eventos escolhidos, considerando o projeto piloto de 100 municípios monitorados com 10 eventos de chuvas escolhidos desde o ano de 2022. Está previsto para o mês de março/2026 uma apresentação geral dos resultados e o planejamento da implementação no website do CEMADEN. A extensão da metodologia para todos os municípios monitorados, incluindo os municípios que estão entrando agora para o monitoramento, ainda vai depender de um trabalho conjunto de levantamento das equações de intensidade, duração e frequência (IDFs) para cada município monitorado. Este trabalho está previsto para ser executado de forma colaborativa com os colegas da operação

Medida Institucional concluída? Não

MIN - Sinalização de necessidade de revisão – próximo exercício:

Notas do usuário:

Medida Institucional Normativa do Objetivo Específico: 06CF - Elaboração de Protocolo de atuação conjunta entre a sala de situação do Estado e a sala de situação da ANA para caso de ocorrência de eventos hidrológicos críticos

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Medida Institucional concluída? Não

Informações do Monitoramento

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa - 2024: ANA informou que a MIN não faz mais parte do portfólio de iniciativas da Agência.

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa: ANA informou que a MIN não faz mais parte do portfólio de iniciativas da Agência.

Medida Institucional concluída? Não

MIN - Sinalização de necessidade de revisão – próximo exercício: Exclusão

Notas do usuário:

Medida Institucional Normativa do Objetivo Específico: 07CA - Elaboração do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Medida Institucional concluída? Não

Informações do Monitoramento

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa - 2024: Objetivo geral - Fortalecer o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, através da proposição e elaboração do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil – Gestão de Riscos e de Desastres, com a finalidade de estabelecer uma orientação para a atuação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, em todo o território nacional (níveis federal, estadual, distrital e municipal), visando alcançar os objetivos da PNPDEC. Situação atual - Produtos 1 a 11 entregues e aprovados; Avanços e perspectivas - Elaboração do plano com intensa participação multissetorial e social; - Processo participativo refletido nos objetivos, metas e indicadores do plano. Minuta de Decreto e respectiva Exposição de Motivos submetidas à avaliação da Presidência da República para publicação do Decreto que institucionaliza o plano é a última etapa para a conclusão desta MIN.

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa: Instituído pelo Decreto nº 12.652 em outubro de 2025, o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PN-PDC 2025-2035) foi lançado oficialmente durante a COP30, em Belém, consolidando-se como o primeiro instrumento estratégico decenal para a gestão de riscos e desastres no Brasil. Elaborado de forma participativa com estados, municípios, academia e sociedade civil, o plano integra ações de 15 ministérios sob a coordenação da Sedec. O objetivo central é reduzir vulnerabilidades e fortalecer a resiliência comunitária frente ao aumento de eventos climáticos extremos, estruturando metas nos eixos de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Pelos próximos dez anos, o PN-PDC orientará o investimento em tecnologias de mapeamento, sistemas de alerta e governança local, assegurando uma atuação intersetorial e coordenada entre os três níveis de governo. A construção do PN-PDC como instrumento estratégico enfrentou desafios na articulação intersetorial entre os 15 ministérios envolvidos. O principal entrave foi a harmonização de metas, já que cada órgão possui prioridades e bases de dados diferentes. Consolidar essas visões em um único documento técnico exigiu um esforço para superar a fragmentação das ações governamentais, garantindo que o plano não fosse apenas uma lista de

intenções, mas um guia operacional capaz de integrar as políticas de prevenção e resposta em todo o país. Com o plano institucionalizado, a providência imediata é a sua operacionalização por meio de planos de ação setoriais. A Sedec coordenará o monitoramento e a avaliação contínua das metas, estabelecendo indicadores de desempenho para medir o impacto das ações nos estados e municípios. O foco agora é garantir o fluxo de recursos e a governança intersetorial, assegurando que as diretrizes do decreto se transformem em entregas pontuais nos eixos de prevenção e resposta ao longo do primeiro ciclo de execução.

Medida Institucional concluída? Sim

MIN - Sinalização de necessidade de revisão – próximo exercício:

Notas do usuário:

Medida Institucional Normativa do Objetivo Específico: 0528 - Expansão do banco de dados contendo variáveis sobre moradores e moradias em áreas de riscos de desastres (idade, sexo, alfabetização, rendimento, abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e energia elétrica, para os municípios monitorados pelo CEMADEN

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Medida Institucional concluída? Não

Informações do Monitoramento

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa - 2024: Os dados para atualização da base ainda se encontram em fase de processamento pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Enquanto isso, a equipe técnica do CEMADEN e IBGE segue avaliando métodos para associação de áreas de risco e de dados censitários, tendo em vista o potencial em aumentar a aderência entre os mesmos a partir do Censo 2022. A equipe também está se capacitando para tratar os dados censitários, tendo em vista a formatação diferenciada de Censos anteriores. Uma área piloto está em processo de escolha para aplicar a nova metodologia para integração dos dados.

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa: A atualização metodológica do Censo Demográfico, com a disponibilização de dados em nível de pontos georreferenciados dos domicílios, implicou a necessidade de adequação dos procedimentos adotados nesta pesquisa. A incorporação dessa nova base torna possível a associação direta entre a área de risco e os domicílios nela presentes, contribuindo para a produção de informações mais detalhadas e aderentes à realidade territorial. Por outro lado, este refinamento impõe desafios adicionais em relação ao sigilo e confidencialidade dos dados a serem divulgados. Nesse sentido, o aprimoramento metodológico do Censo motivou a adaptação da metodologia do Projeto População em Áreas de Risco no Brasil. Na presente data está sendo finalizada a de um estudo piloto para testar e validar a metodologia proposta antes de sua aplicação em larga escala. Esse processo permite identificar ajustes necessários, avaliar a adequação das técnicas e verificar a consistência e a garantia do sigilo dos dados gerados.

Medida Institucional concluída? Não

MIN - Sinalização de necessidade de revisão – próximo exercício:

Notas do usuário:

Medida Institucional Normativa do Objetivo Específico: 0525 - Expansão e disponibilização de plataforma de entrega de estatísticas sobre ocorrência de inundações e deslizamentos de terra com impactos associados, para os municípios monitorados pelo CEMADEN

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Medida Institucional concluída? Não

Informações do Monitoramento

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa - 2024: As principais alterações no desenvolvimento do banco de dados de ocorrências do Cemaden foram o incremento significativo do volume de informações, sendo atualmente mais de 12 mil registros de ocorrências (entre inundações e deslizamentos em municípios monitorados), e melhorias nos mecanismos de consulta, visualização e

exportação das informações. Também estão sendo implementadas medidas para aumentar a participação das informações oficiais obtidas diretamente das defesas civis (aprimoramento do formulário de ocorrências) e obtenção de validações e maior detalhamento com o cruzamento de informações. Ressalta-se que o sistema de disponibilização do banco de dados ao público ainda está em desenvolvimento.

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa:

Medida Institucional concluída?

MIN - Sinalização de necessidade de revisão – próximo exercício:

Notas do usuário:

Medida Institucional Normativa do Objetivo Específico: 07CB - Instituição do Cadastro Nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Medida Institucional concluída? Não

Informações do Monitoramento

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa - 2024: A Sedec se encontra concentrada em um processo de reestruturação, que impactará diretamente nos prazos de implementação do Cadastro. A própria possível alteração da legislação que define os critérios do cadastro está na mesa de discussões. O Geoserver da Sedec já se encontra estruturado. Aguarda-se avanço das discussões da reestruturação da Sedec e alocação de pessoal para o prosseguimento do projeto.

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa: Com a reestruturação da Sedec concluída no final de 2025, as atividades de aprimoramento e definição de responsabilidades do Cadastro Nacional de Municípios serão retomadas. O instrumento, que ainda aguarda operacionalização plena, terá sua gestão centralizada na Diretoria de Prevenção e Mitigação, assegurando o alinhamento com os novos fluxos de trabalho da Secretaria. A ausência de uma equipe dedicada compromete a padronização, a segurança e a integridade dos dados. Atualmente, a Sedec enfrenta gargalos como a carência de suporte técnico especializado e limitações funcionais da ferramenta, que restringem a adaptação do cadastro a novas exigências legais ou operacionais. Essa defasagem impacta diretamente a eficiência e a transparência institucional, dificultando a tomada de decisão baseada em evidências e dados precisos. A reestruturação da Sedec, formalizada ao final de 2025, estabeleceu uma Diretoria dedicada exclusivamente à gestão de sistemas, marco decisivo para a implementação e governança do Cadastro Nacional. Com a previsão de um corpo técnico especializado, a Secretaria terá a capacidade de desenvolver soluções tecnológicas customizadas, assegurando a padronização e a integridade dos dados. Essa nova estrutura permitirá a interoperabilidade entre diferentes bases, fortalecendo a segurança da informação e a eficiência operacional da Sedec.

Medida Institucional concluída? Não

MIN - Sinalização de necessidade de revisão – próximo exercício:

Notas do usuário:

Medida Institucional Normativa do Objetivo Específico: 07C8 - Orientação aos entes federados no uso do guia de diretrizes de proteção e prevenção à erosão costeira para obras, estudos e projetos referentes à proteção costeira

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Medida Institucional concluída? Não

Informações do Monitoramento

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa - 2024: O Manual para repasse de recursos da ação 14RL encontra-se em processo de revisão por parte da equipe técnica com previsão de

conclusão em abril de 2025. Em função da magnitude do desastre ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul, agravado pelo seu caráter inédito, aliado à reduzida equipe de técnicos deste setor, não houve avanços significativos referente à esta Medida. Os técnicos foram deslocados para o pronto auxílio às ações de Restabelecimento e Reconstrução no referido estado, tendo se deslocado para campo e, posteriormente, apoiado nas análises dos processos. Encerrado o momento crítico do desastre no Rio Grande do Sul, o setor retomou as reuniões para finalização do manual. Também entrou em contato com demais entes federados para efetivar repasses a projetos que encontravam-se em curso nos Estado e Municípios. A redistribuição orçamentária afetou os recursos da Ação 14RL, não sendo possível apoiar os municípios nos projeto em curso. Os projetos apresentados pelos municípios estão em suspenso, aguardando o próximo exercício para verificar a possibilidade de apoio aos projetos.

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa: O status das iniciativas permanece inalterado desde o último monitoramento. Os trâmites para a contratação via TED com a CPRM e a UFSC foram integralmente cumpridos. Quanto ao Manual de Contratação da Ação 21HP, o documento está sendo ajustado pela equipe técnica em resposta às recomendações da CONJUR, visando a sua validação final. Apesar de haver descrição na Ação Orçamentária de que é possível se repassar recursos orçamentário para operações de custeio, não foi possível efetivar a celebração dos TED por não ter sido feita a previsão de GND 3 na PLOA 2024. Seria utilizado o montante de recursos no valor de R\$ 5,5 milhões para a celebração de dois TED, com a CPRM (R\$ 2,1 milhões) e com a UFSC (R\$ 3,2 milhões). Foi solicitada a inclusão de recursos na GND 3 da ação 21HP no valor de R\$ 2.000.000,00 para 2026

Medida Institucional concluída? Não

MIN - Sinalização de necessidade de revisão – próximo exercício:

Notas do usuário:

Medida Institucional Normativa do Objetivo Específico: 07C7 - S2iD 4.0 - Revisão do pacote de gestão de ações apoiadas pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Medida Institucional concluída? Não

Informações do Monitoramento

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa - 2024: Em setembro de 2024, a nova fábrica de software Indra trabalhou para atualização do sistema S2iD, realizando testes de regressão nos módulos para avaliar o estado atual do código. O objetivo é verificar se os módulos podem continuar de onde pararam ou se são necessárias novas correções. Quanto às entregas realizadas pelo time de consultores, tivemos os seguintes destaques: 1) Produto VI : foi apresentado o protótipo do módulo de Monitoramento, validado pelo grupo de trabalho, Coordenadores e à Diretora do Departamento de Articulação e Gestão. Esse produto, que reflete as atividades de monitoramento do CENAD, será incorporado ao sistema, com o apoio da Indra, para guiar o desenvolvimento do módulo de Monitoramento. 2) Produto VI: focou no preenchimento do template do módulo Plano de Contingência (PLANCON) nos municípios de Corumbá/MS e Muçum/RS, visando assegurar que estejam preparados para emergências, seguindo o modelo do S2iD. Além disso, o acordo com o Ministério da Gestão e Inovação (MGI) sobre o módulo de transferências de recursos (TransfereGov) avançou. Reuniões indicaram a necessidade de ajustes para garantir a legalidade e efetividade das transferências, com foco nas atribuições da Sedec. Durante as reuniões com o Ministério da Gestão e Inovação (MGI), surgiram desafios para alinhar os protocolos de Proteção e Defesa Civil com o modelo de transferências de recursos do TransfereGov. Esse descompasso evidenciou a necessidade de ajustes técnicos que permitam adaptar as operações da Defesa Civil ao formato do sistema. A Sedec está à disposição para apoiar a Indra na continuidade do desenvolvimento. Também solicitaremos à fábrica o cronograma detalhado de entregas dos módulos, para garantir que o projeto siga conforme o planejado, enquanto monitoramos o progresso e oferecemos suporte técnico sempre que necessário.

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa: Módulo de Gestão: Foram entregues funcionalidades de gestão de unidades organizacionais, gestão de perfis e permissões, cadastro e gestão de usuários, solicitação e análise de acúmulo de perfis federais, tratamento de solicitações administrativas e auditoria das ações do sistema, garantindo controle de acessos, rastreabilidade e governança. Módulo de Monitoramento: Foram entregues o Mapa de Alertas, o Painel de Monitoramento em Tempo Real, o cadastro, consulta e gestão de alertas, bem como o gerenciamento de integrações, com destaque para a integração com o INMET, permitindo a captura automática de alertas meteorológicos e sua visualização centralizada no sistema. Módulo de Reconhecimento: Foram realizadas reuniões técnicas com o Grupo Técnico, com a produção e consolidação de histórias de usuário que estruturam os processos de reconhecimento federal e compõem o backlog do projeto. A execução do projeto S2iD 4.0 enfrentou entraves relevantes, decorrentes principalmente de fatores estruturais, técnicos e de governança, conforme registrado na Nota Técnica: Ausência de documentação técnica consolidada nas transições entre fornecedores (Sigma, Indra e Memora), incluindo arquitetura, regras de negócio, dicionário de dados e especificações técnicas, o que comprometeu a rastreabilidade das decisões e exigiu reconstrução documental ao longo do projeto. Desalinhamento inicial com a área de negócio, com identificação de divergências entre funcionalidades desenvolvidas e os fluxos efetivamente desejados, demandando reavaliação do backlog, revisão de histórias de usuário e retrabalho. Mudanças frequentes de escopo durante as sprints, com definição tardia ou alteração de regras de negócio durante a fase de testes, impactando prazos e gerando ajustes corretivos. Indisponibilidade tempestiva de ambiente adequado para testes, em razão da migração tecnológica do banco de dados de Oracle para PostgreSQL/PostGIS, o que resultou em validações acumuladas de sprints, acúmulo de inconsistências e replanejamento de entregas. Dependência da conclusão da migração para PostgreSQL/PostGIS, que impede o início do desenvolvimento do Módulo de Reconhecimento, por este depender integralmente da nova base tecnológica. Troca de analista de requisitos durante a

execução, exigindo período de transição, realinhamento das atividades e revisão de prioridades. Lacunas na definição de regras de perfis e fluxos pós-autenticação, incluindo acúmulo de perfis, regras de acesso entre esferas federativas, vinculação com o serviço de autenticação e critérios de reativação de usuários, demandando análise técnica adicional. Limitações operacionais para integração com órgãos parceiros, em especial a indisponibilidade de força de trabalho do INMET para desenvolvimento de API própria de compartilhamento de dados Providências adotadas diante dos entraves identificados no desenvolvimento do S2ID 4.0, foram adotadas as seguintes providências, conforme registrado na Nota Técnica: Reestruturação da governança do projeto, com atuação sistemática dos Grupos Técnicos (GTs) para revisão, reconstrução e validação das regras de negócio e fluxos operacionais dos módulos, cada qual com processo SEI próprio e registro formal das deliberações. Reconstrução e atualização da documentação técnica, incluindo arquitetura do sistema, regras de negócio, dicionário de dados e fluxos funcionais, com apoio da CPPS, da fábrica de software e da DTI, visando suprir o déficit documental herdado das transições anteriores. Revisão e reorganização do backlog, com consolidação das histórias de usuário produzidas pelos GTs e priorização das entregas conforme maturidade dos requisitos e capacidade técnica da equipe. Instituição da orientação de congelamento de escopo por sprint, determinando que novas funcionalidades ou alterações de regras sejam tratadas como evoluções, registradas em novas histórias de usuário e planejadas para sprints futuras. Criação e disponibilização de ambiente de homologação, no contexto da migração tecnológica para PostgreSQL/PostGIS, permitindo a retomada das validações acumuladas e a estabilização das funcionalidades entregues. Realocação e reorganização da equipe técnica, concentrando esforços no módulo de Monitoramento e no módulo de Gestão, enquanto se aguarda a conclusão da migração do banco de dados para viabilizar o início do desenvolvimento do módulo de Reconhecimento. Acompanhamento contínuo das sprints, com participação da CPPS nas reuniões junto à fábrica e aos GTs, para apoiar a validação técnica, esclarecer regras de negócio e planejar as próximas entregas. Definição dos formatos de dados para integração com órgãos parceiros (Cemaden, Inmet e CPRM), a serem incorporados nos próximos ciclos de desenvolvimento.

Medida Institucional concluída? Não

MIN - Sinalização de necessidade de revisão – próximo exercício:

Notas do usuário:

Objetivo Específico: 0023 - Otimizar o apoio federal nas ações de resposta e recuperação pós desastre

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Indicador: 8816 - Tempo médio ajustado entre a solicitação de recursos e a transferência de recursos para assistência humanitária

Unidade de medida: dias

Linha de base: 22,8

Data de referência da linha de base: 31/12/2022

Polaridade: Quanto menor melhor

Meta: 062R - Meta do Indicador 8816

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: 22,75

Meta prevista para 2025: 22,6

Meta prevista para 2026: 22,18

Meta prevista para 2027: 21,27

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 25,02

Quantidade alcançada: 22,86

Data de Referência: 31/12/2025

Análise Sintética do Alcance da Meta: A celeridade na liberação de recursos é um pilar fundamental da assistência humanitária, e a Sedec tem empenhado esforços contínuos para garantir o atendimento imediato às populações atingidas. A Sedec implementou um conjunto de atividades estratégicas focadas na otimização do fluxo de reconhecimento federal e na solicitação de recursos. Essas ações incluíram a realização de capacitações, a simplificação de processos administrativos e o estabelecimento de canais de comunicação direta. Esse compromisso reflete-se nos resultados alcançados em 2025:

as metas para as regiões Norte e Centro-Oeste foram integralmente atingidas, demonstrando eficiência operacional mesmo diante de entraves burocráticos e limitações técnicas dos entes federativos. Em âmbito nacional, a Sedec consolidou um desempenho expressivo, ficando muito próxima de atingir a meta global, o que evidencia a eficácia das estratégias de resposta adotadas ao longo do período

Restrições para o alcance da meta: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição - 2025: A operação de socorro e assistência humanitária enfrenta restrições de pessoal, contando atualmente com apenas dois servidores dedicados, número que pode ser ampliado para quatro mediante o remanejamento de profissionais da prestação de contas. Apesar dessa estrutura mínima, a equipe mantém um fluxo de análise ágil e criterioso. Contudo, o alcance das metas é frequentemente comprometido pelas limitações técnicas dos entes federativos

Providências para tratamento da restrição - 2025: A Sedec disponibiliza aos entes federativos um portfólio de 38 cursos de capacitação na modalidade EaD, fundamentais para o aprimoramento da análise e resposta às demandas de recursos federais. Complementarmente, a Secretaria mantém uma atuação direta em campo, provendo apoio técnico e operacional crítico durante desastres para acelerar a liberação de verbas. Com a reestruturação institucional finalizada ao término de 2025, essas ações de suporte serão potencializadas por uma estrutura mais robusta e coordenada. A nova configuração da Secretaria permitirá não apenas a expansão das capacitações, mas também uma presença em campo ainda mais ágil e tecnicamente qualificada, fortalecendo a governança local em todo o país

Notas do usuário:

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2024	Meta prevista para 2025	Meta prevista para 2026	Meta prevista para 2027	Origem	Quantidade alcançada	Data de Referência	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	26	26	25,2	23,5	Qualitativo	25,81	31/12/2025	
Região Nordeste	18,4	18,2	17,9	17,3	Qualitativo	22,41	31/12/2025	
Região Norte	25,9	25,5	24,7	23,1	Qualitativo	23,92	31/12/2025	
Região Sudeste	18,2	18,1	17,7	16,9	Qualitativo	22,77	31/12/2025	
Região Sul	24,5	24,4	24	23,2	Qualitativo	25,27	31/12/2025	

Entrega: 1760 - Apoio emergencial pela Operação Carro Pipa

Objetivo Específico: 0023 - Otimizar o apoio federal nas ações de resposta e recuperação pós desastre

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Entrega concluída? Não

Indicador: 11037 - Taxa de atendimento das demandas de apoio emergencial pela Operação Carro Pipa

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 0,66

Data de referência da linha de base: 31/12/2022

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 061R - Meta do Indicador 11037

Cumulativa? Sim

Meta prevista para 2024: 0,68

Meta prevista para 2025: 0,7

Meta prevista para 2026: 0,72

Meta prevista para 2027: 0,75

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 0,602

Quantidade alcançada: 0,623

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: Mensalmente a área técnica avalia a taxa de efetividade e eficiência com relação ao tempo de inclusão dos municípios na Operação Carro Pipa, esta área entende que o tempo para essa inclusão tenha que acontecer dentro de 90 dias, após o envio ao COTER (Comando de Operações Terrestres) da solicitação de inclusão por essa coordenação, a taxa do mês de outubro ficou dentro do esperado. Contudo em análise mais crítica, não foi considerado os problemas relativos a falta de pipeiros e outras variáveis que impactam no não atingimento de 100% da meta, no mês analisado tivemos um atraso no repasse de recurso junto ao Exército Brasileiro, este por sua vez nos comunicou que devido a isso não conseguiu fazer algumas inclusões, mais precisamente no estado da Paraíba, fazendo que alguns municípios ficassem de fora da inclusão. Se considerar que os municípios da Paraíba não foram incluídos(19 no total) teríamos análise de 83 sim e 36 não. o que daria um total de 119 é um índice de 69,75% de inclusão. Se considerar todos teríamos um total de 83 sim, 55 não e total de 138. Índice de inclusão de 60,15% no ano. É preciso sempre analisar as variáveis que compõe as medições de efetividade da IOCP, a operação é dinâmica e para cada mês temos que analisar caso a caso, em consonância com as aferições, essa coordenação tem feito um plano de ação para atendimento as recomendações do CMAP, que encaminhou alguns planos para melhoramento do serviço prestado pela operação ao usuário.

Análise geral da realização da Entrega: Mensalmente, a área técnica avalia a taxa de efetividade e eficiência em relação ao tempo de inclusão dos municípios na Operação Carro-Pipa. Essa área entende que a inclusão deve ocorrer dentro do prazo de 90 dias após o envio, ao COTER, da solicitação de inclusão por esta coordenação. Contudo, em uma análise mais crítica, não foram considerados os problemas relativos à falta de pipeiros e outras variáveis que impactam o não atingimento de 100% da meta. No mês analisado, não tivemos municípios incluídos devido à falta de pipeiros e atraso no repasse dos recursos, além de outros fatores que, até a presente data, não foram relatados pelo Exército. No período analisado, foi registrado um índice de 60,6% de inclusão, ressaltando que a análise considera sempre o último trimestre, na primeira semana subsequente. Por fim, cumpre informar que a média do ano de 2025 foi de 60,63%. Foram analisados 186 municípios, dos quais 97 foram incluídos, 63 não foram incluídos e 26 não apresentaram justificativas quanto à não inclusão.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Outras

Restrições para o alcance da meta: Outras

Detalhamento da restrição - 2025: É preciso sempre analisar com parcimônia as variáveis que compõe as medições de efetividade da OCP, a operação é dinâmica e para cada mês temos que analisar caso a caso. As restrições podem ser várias e impactam diretamente nas ações de inclusão dos municípios. Ex: atraso de documentação, falta de pipeiros, e outros.

Providências para tratamento da restrição - 2025: Em consonância com as aferições, esta Coordenação tem elaborado um plano de ação para atendimento às recomendações do CMAP, que encaminhou propostas para o aprimoramento do serviço prestado pela operação ao usuário. Um novo plano foi confeccionado em conjunto com o Exército Brasileiro e será apresentado ao Conselho do CMAP o mais breve possível. Recentemente, em alinhamento com o Exército, esta Coordenação solicitou um levantamento do fluxo do processo de implementação dos municípios, a fim de identificar melhorias e otimizar o tempo de inclusão. Além disso, no mês de outubro, foi calculado um novo índice para o cálculo do pagamento do frete dos pipeiros, com o intuito de melhorar o valor pago e manter o interesse desses prestadores. Essa correção começará a ser paga a partir de fevereiro.

Notas do usuário:

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2024	Meta prevista para 2025	Meta prevista para 2026	Meta prevista para 2027	Origem	Quantidade alcançada	Data de Referência	Notas do usuário
Semiárido	0,68	0,7	0,72	0,75	Qualitativo	0,623	31/12/2025	

Entrega: 1831 - Atendimento às necessidades de recuperação de infraestruturas danificadas ou destruídas por desastres.

Objetivo Específico: 0023 - Otimizar o apoio federal nas ações de resposta e recuperação pós desastre

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Entrega concluída? Não

Indicador: 11129 - Percentual de recursos empenhados frente às demandas de ações de recuperação aprovadas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 100
Data de referência da linha de base: -
Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 061W - Meta do Indicador 11129

Cumulativa? Não
Meta prevista para 2024: 100
Meta prevista para 2025: 100
Meta prevista para 2026: 100
Meta prevista para 2027: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 98

Quantidade alcançada: 100

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: Apesar de não atingir a meta, podemos dizer que o ano de 2024 foi atípico. As inundações e desastres secundários no Rio Grande do Sul aumentaram substancialmente o volume de processos a serem analisados, tendo apresentado um grande desafio para a equipe técnica da Sedec. No período, 1.673 processos de reconstrução foram instruídos. Os únicos que ainda se encontram pendentes de empenho tiveram suas Portarias publicadas nos últimos dias de dezembro, estando, na presente data, aguardando a reabertura dos créditos.

Análise geral da realização da Entrega: Em 2025, foram aprovados 326 processos de recuperação, todos com recursos devidamente empenhados. A distribuição regional dos processos revela a seguinte configuração: 165 na Região Sul, 91 no Sudeste, 35 no Nordeste, 18 no Centro-Oeste e 17 na Região Norte.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário: Resposta da Cristina Abreu Jansen: "O percentual informado refere-se ao montante de recursos empenhados para processos devidamente protocolados, analisados e aprovados, não representando o total de recursos inicialmente disponibilizados. Ressalta-se que, ao final do exercício, todos os processos aprovados tiveram seus valores integralmente empenhados. Assim, todas as regiões atingiram a meta de 100%, consolidando o alcance da meta nacional. Solicitamos a correção da apuração da Região Nordeste para 100; Sudeste =100 e Sul = 100;"

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2024	Meta prevista para 2025	Meta prevista para 2026	Meta prevista para 2027	Origem	Quantidade alcançada	Data de Referência	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	Monitoramento	100	31/12/2025	
Região Nordeste	-	-	-	-	Monitoramento	100	31/12/2025	valor alterado conforme solicitado pelo MIDR
Região Norte	-	-	-	-	Monitoramento	100	31/12/2025	
Região Sudeste	-	-	-	-	Monitoramento	100	31/12/2025	valor alterado conforme solicitado

								pele MIDR
Região Sul	-	-	-	-	Monitoramento	100	31/12/2025	valor alterado conforme solicitado pelo MIDR

Entrega: 2022 - Atendimento às necessidades de socorro, assistência humanitária e restabelecimento de serviços essenciais pós desastres.

Objetivo Específico: 0023 - Otimizar o apoio federal nas ações de resposta e recuperação pós desastre
Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Entrega concluída? Não

Indicador: 11350 - Percentual de recursos empenhados frente às demandas de ações de resposta aprovadas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 100
Data de referência da linha de base: -
Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 05Z3 - Meta do Indicador 11350

Cumulativa? Não
Meta prevista para 2024: 100
Meta prevista para 2025: 100
Meta prevista para 2026: 100
Meta prevista para 2027: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 100
Quantidade alcançada: 100
Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: : Em 2024, muitos foram os desafios enfrentados, com reduzida força de trabalho e as mais frequentes e intensas ocorrências de grandes desastres. Um dos desafios enfrentados foi a obtenção e a transferência tempestiva dos recursos necessários ao atendimento das populações afetadas. Esses recursos puderam garantir ações de resposta, assistência humanitária e restabelecimento de serviços essenciais nos municípios atingidos. O atingimento da meta demonstra os esforços e alocação das equipes da Sedec no atendimento desses municípios, garantindo a recuperação e retomada da normalidade nas localidades.

Análise geral da realização da Entrega: Em 2025, a totalidade dos 859 processos de resposta aprovados foi empenhada, compreendendo 564 ações de socorro e assistência e 297 de restabelecimento. A distribuição regional dos processos apresenta a seguinte configuração: Região Sul (278), Norte (242), Sudeste (156), Nordeste (149) e Centro-Oeste (34).

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário:

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para	Meta prevista para	Meta prevista para	Meta prevista para	Origem	Quantidade	Data de	Notas do
--------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------	------------	---------	----------

	2024	2025	2026	2027		alcançada	Referência	usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	- Monitoramento	100	31/12/2025	
Região Nordeste	-	-	-	-	- Monitoramento	100	31/12/2025	
Região Norte	-	-	-	-	- Monitoramento	100	31/12/2025	
Região Sudeste	-	-	-	-	- Monitoramento	100	31/12/2025	
Região Sul	-	-	-	-	- Monitoramento	100	31/12/2025	

Medida Institucional Normativa do Objetivo Específico: 07EE - Implantação de modelo de moradia embrião em situações pós-desastre

Objetivo Específico: 0023 - Otimizar o apoio federal nas ações de resposta e recuperação pós desastre

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Medida Institucional concluída? Não

Informações do Monitoramento

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa - 2024: O projeto segue em busca de parceiro financeiro para sua retomada. Dificuldades para captação de recursos junto aos organismos de fomento. Seguimos na busca de projetos e instituições patrocinadoras.

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa: A ação foi retomada com o avanço do processo de formalização do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) junto ao Serviço Florestal Brasileiro, com foco no desenvolvimento de soluções construtivas, projetos e protótipos habitacionais destinados ao atendimento de situações pós-desastre. Após a aprovação pela CONJUR, o ACT encontra-se em fase final de ajustes e trâmites administrativos, etapa que antecede sua formalização definitiva. A continuidade do projeto demanda aporte financeiro. A formalização do ACT com o Serviço Florestal Brasileiro atua como um elemento facilitador. Este acordo provê a clareza técnica e a segurança jurídica necessárias para estruturar o planejamento orçamentário das próximas etapas. Com o instrumento em fase final, a Sedec ganha uma base normativa sólida para pleitear os recursos indispensáveis à execução dos protótipos habitacionais, transformando o entrave financeiro em uma etapa de gestão planejada

Medida Institucional concluída? Não

MIN - Sinalização de necessidade de revisão – próximo exercício:

Notas do usuário:

Medida Institucional Normativa do Objetivo Específico: 07EB - Pactuação da Estratégia Federal de Preparação e Resposta aos Desastres

Objetivo Específico: 0023 - Otimizar o apoio federal nas ações de resposta e recuperação pós desastre

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Medida Institucional concluída? Sim

Informações do Monitoramento

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa - 2024: O texto base do documento técnico "Pactuação da Estratégia Federal de Preparação e Resposta aos Desastres" foi concluída e revisado. Também foi dado a conhecer em ambientes internos da SEDEC e para a CGU. As informações e os dados técnicos levantados e trabalhados na confecção do documento técnico foram absorvidos pelo Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, de maneira que conclui-se essa atividade ao entender a publicização do referido Plano como substituto à publicação do documento originalmente planejada.

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa: -

Medida Institucional concluída? -

MIN - Sinalização de necessidade de revisão – próximo exercício: -

Notas do usuário: -

Medida Institucional Normativa do Objetivo Específico: 07EA - Revisão da normatização sobre cooperação com o Ministério da Defesa para a Operação Carro-Pipa

Objetivo Específico: 0023 - Otimizar o apoio federal nas ações de resposta e recuperação pós desastre

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Medida Institucional concluída? Não

Informações do Monitoramento

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa - 2024: Essa medida será substituída na próxima revisão pela medida "Revisão da Normatização sobre cooperação com o Ministério da Defesa para a Operação Carro-Pipa"

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa: Após tratativas e análises dos atributos do PEI, verificou-se a necessidade de repactuação das etapas para a continuidade da revisão e modernização da Portaria Interministerial nº 1 MD/MIDR, bem como de uma revisão da Ficha SIOP – Medidas Institucionais e Normativas, como entrega principal cadastrada no PPA. No mês de março, tivemos um simpósio junto ao Exército Brasileiro para alinhamento e construção de melhorias da OCP, ocasião em que foi possível alinhar um cronograma para a revisão da Portaria. Foi criado um grupo de trabalho para atualização da Portaria Interministerial, visando à retomada das discussões, com dois integrantes por parte da COCP e três por parte do EB. Alguns produtos já foram criados inicialmente (constam em anexo), porém ainda se encontram em fase de validação. O processo ficou estático após a indicação dos nomes dos militares designados para comporem a portaria de atualização da Portaria Interministerial MI/MD, que trata da operacionalização da Operação Carro-Pipa. Outras questões que dificultam o andamento da pretendida revisão normativa são a reestruturação da própria Secretaria, além de outras demandas tempestivas que têm surgido e demandado os agentes que compõem o GT da reformulação da Portaria. Em dezembro, houve uma pequena evolução após reunião com o coordenador de Normatização da SEDEC. Tratativas sobre alterações na estrutura da SEDEC e iniciativas de requisição de força de trabalho, visando a um atendimento mais eficiente e menos moroso, têm sido discutidas, bem como o encaminhamento dos nomes dos representantes da SEDEC para a continuidade do processo. Ademais, foi criado o novo processo nº 59000.000266/2023-08, no qual se encontra um despacho do Gabinete da SEDEC para avaliação. No mês de outubro, tivemos a primeira conversa com Roney Rios, coordenador de Normatização, e alinhamos alguns passos futuros relacionados à documentação para a modernização da Portaria. Além disso após a reestruturação da SEDEC foi criada uma coordenação CADA - coordenação de análise de demandas e avaliação, que cuidará especialmente desse assunto.

Medida Institucional concluída? Não

MIN - Sinalização de necessidade de revisão – próximo exercício:

Notas do usuário: